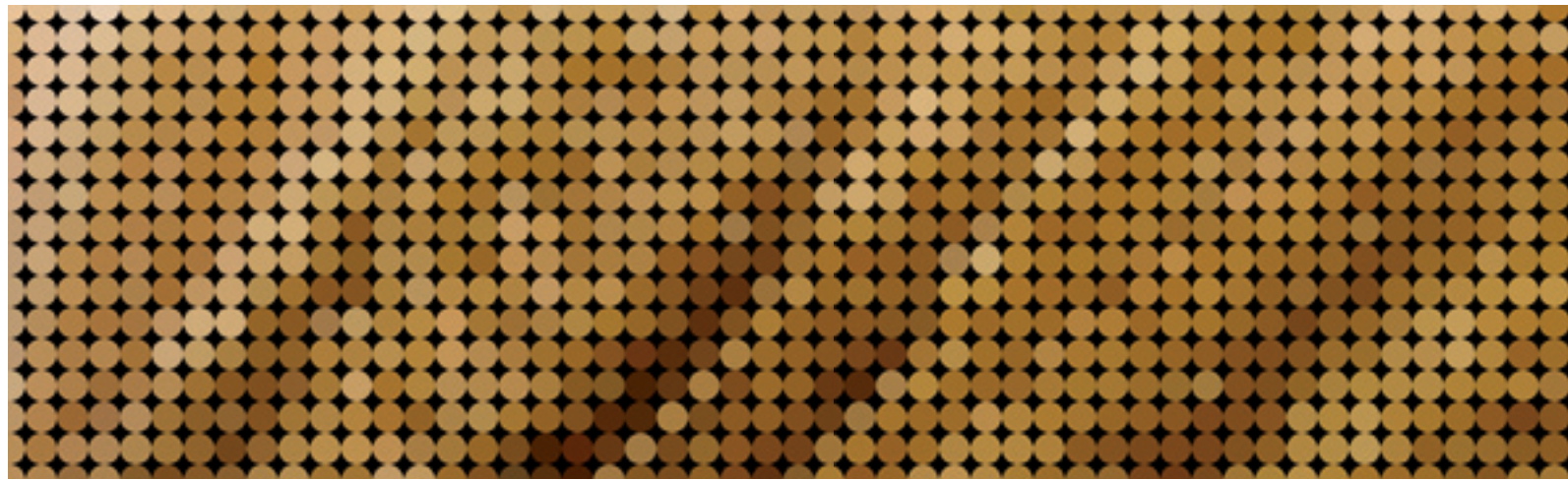




**CARACTERÍSTICAS DA  
AGRICULTURA FAMILIAR**



**05.**



**A geografia da agricultura familiar no Brasil passa por uma diversidade de contextos regionais, abrigando um universo social heterogêneo que abrange tanto os pequenos agricultores do sul do Brasil, herdeiros da “policultura colonial” dos migrantes europeus do Século XIX, quanto os ribeirinhos do ambiente fluvial da Amazônia até aqueles situados no agreste nordestino, historicamente localizados na proximidade da monocultura da cana-de-açúcar.**

Nesse capítulo, trabalhou-se com os fenômenos associados à agricultura familiar, nos quais a análise e o tratamento dos dados constituem-se em recursos valiosos para entender o complexo e renovado universo do espaço rural brasileiro. Sendo, portanto, objetivo deste capítulo pesquisar quantos são, onde estão, o que produzem e a relação com o mercado dos agricultores familiares.

Cabe lembrar que o termo agricultura familiar aqui utilizado refere-se àquele definido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu critérios para a sua definição e permitindo sua inserção nas estatísticas oficiais. O Censo Agropecuário 2006 segue, assim, os princípios desta lei, assim como da metodologia desenvolvida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO) no Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, entre 1996 e 1999.

Segundo Candiotto (2011), no Brasil, o termo agricultura familiar ganhou visibilidade a partir da década de 1980. Nesse momento, passou-se, também, a refletir sobre a sua integração com a agroindústria, e, conseqüentemente, a questão da subordinação tornou-se central no que se refere à produção familiar.

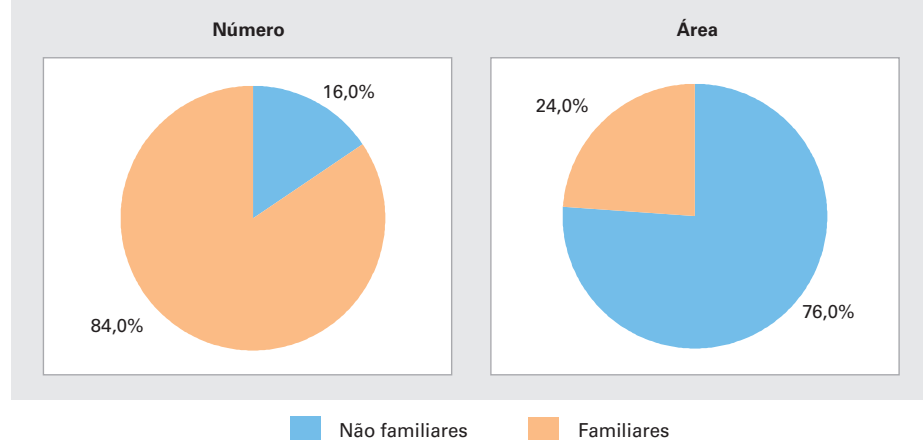
Na década de 1990, no contexto do processo de redemocratização do País, aumentou-se a pressão social por políticas voltadas para as necessidades específicas da agricultura familiar. Nesse contexto, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, suscitou debates sobre novas formas de produzir, tal como a agroecologia. Desde então, o produtor familiar tem sido visto, também, como um agente estratégico para a incorporação de práticas mais sustentáveis, tanto em termos ambientais quanto social. Assim, é no interior desse momento histórico que, em 1996, é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, coordenado pela Secretaria da Agricultura Familiar, tido como a primeira política específica para o agricultor familiar, de acordo com Candiotto (2011).

Na década seguinte, em 2004, é criada a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, fomentando metodologias mais participativas, conciliando saberes tradicionais e técnicos, diferente da metodologia transfericista da chamada Revolução Verde. Finalmente, em 2006, a já citada Lei nº 11.326, no seu Art. 3º, estabeleceu como agricultores e empreendedores rurais familiares aqueles que possuam atividades no meio rural e que atenda concomitantemente os requisitos a seguir:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro (4) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Respeitando os requisitos impostos pela lei supracitada, observa-se, de acordo com o Censo Agropecuário 2006, que a agricultura familiar, apesar de possuir a maior parte dos estabelecimentos agropecuários, compreendendo 4 366 267 ou 84,4% do total existente no País, detinha apenas 80 102 694 hectares ou 24% da área dos estabelecimentos, como demonstra o Gráfico 1. Conseqüentemente, a área média dos estabelecimentos da agricultura familiar brasileira era de 18,3 hectares, muito menor do que a área média dos estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar, de 313 hectares. Entre as Grandes Regiões brasileiras, pode-se observar que a Região Nordeste possuía o maior número de estabelecimentos agropecuários familiares, com cerca de 50%, bem como a maior área, com aproximadamente 35% do total do País.

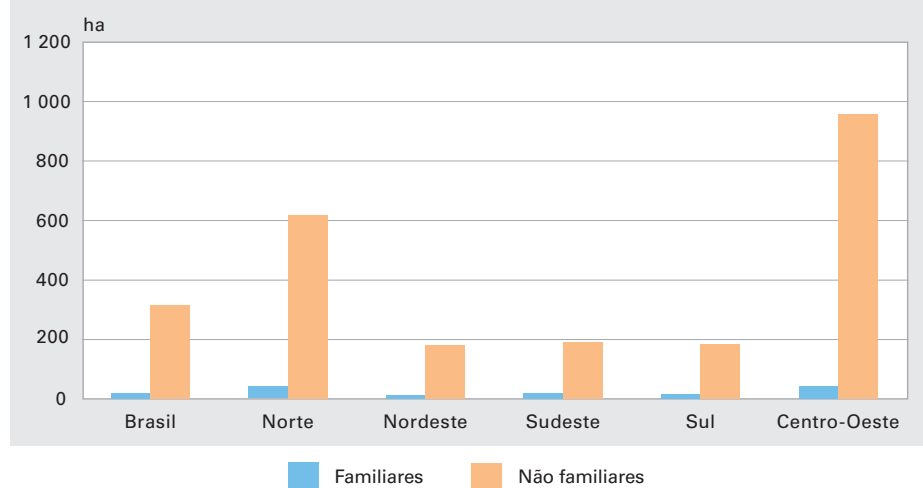
**Gráfico 1 - Distribuição percentual do número e área de estabelecimentos agropecuários não familiares e familiares - Brasil - 2006**



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

A observação das áreas médias dos estabelecimentos agropecuários familiares segundo as Grandes Regiões permitiu observar as grandes desigualdades regionais que coexistem no agro-nacional em relação à estrutura fundiária. Nesse sentido, nas Regiões Norte e Centro-Oeste situam-se municípios cujos estabelecimentos agropecuários familiares possuem maiores áreas. Nessas regiões, encontram-se municípios onde os estabelecimentos agropecuários familiares possuem área média superior a 40 hectares, conforme Gráfico 2. Por outro lado, cerca de 60% dos municípios brasileiros possuíam área média inferior a 20 hectares. As Regiões Nordeste e Sul apresentam-se como aquelas onde os produtores familiares ocupam as menores áreas médias.

**Gráfico 2 - Área média dos estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares, segundo as Grandes Regiões - 2006**



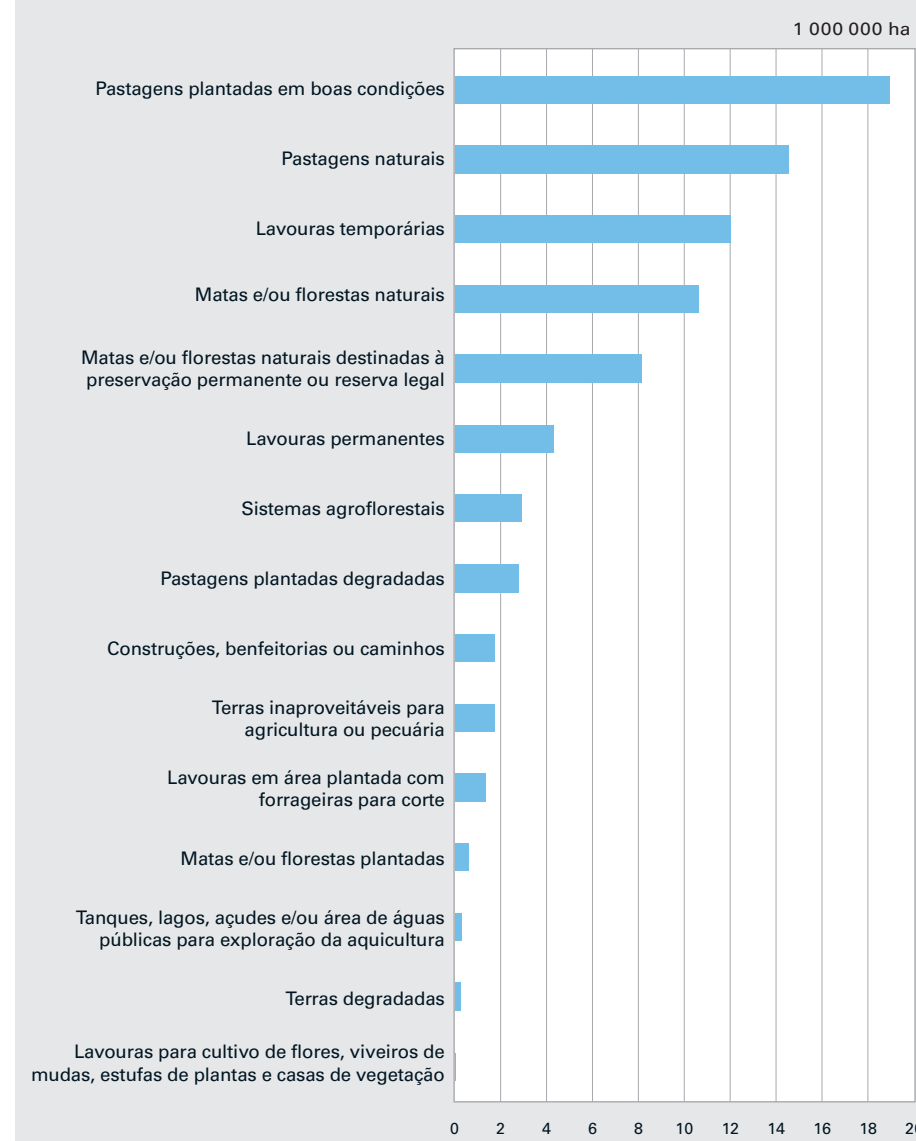
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

No que se refere ao uso da terra, a maior parte dos estabelecimentos agropecuários familiares tinham como uso principal as pastagens atingindo mais de 36 milhões de hectares, seguido por lavouras temporárias com cerca de 12 milhões de hectares (Gráfico 3). Dentre as atividades realizadas pela agricultura familiar, destacou-se a produção vegetal, visto que 60% dos estabelecimentos que obtiveram alguma produção tinham como atividade principal este tipo de atividade. Além disso, dela provém 70% do valor obtido pela agricultura familiar brasileira.

Entre as culturas da produção vegetal, o milho e a mandioca apresentam grande expressão no que se refere à quantidade produzida pela agricultura familiar, conforme observado no Gráfico 4. Nesse sentido, cabe observar que essas culturas tiveram um alcance espacial bem amplo, sendo produzidas em mais de 90% dos 5 565 municípios brasileiros. Juntos, o milho e a mandioca

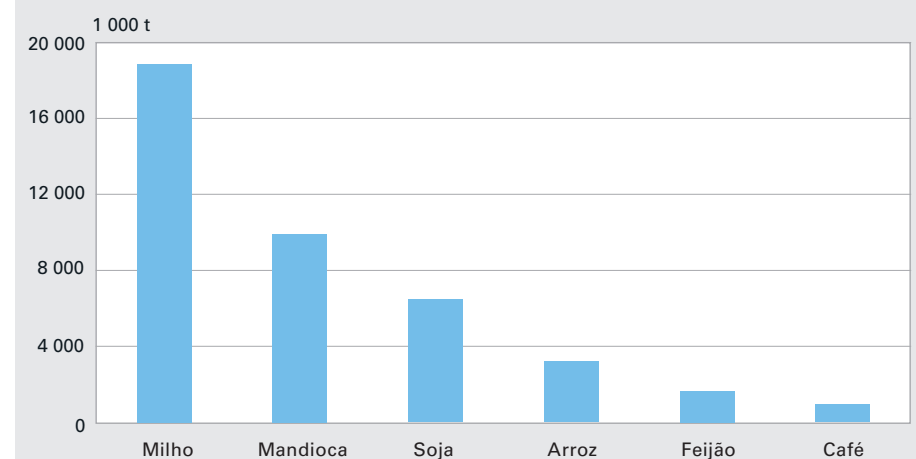
foram responsáveis também pela metade do valor gerado por toda produção vegetal familiar. No entanto, ao calcular o valor médio pela área colhida (hectare) do milho e da mandioca, o resultado fica abaixo de outros produtos produzidos em menor quantidade e cuja produção apresenta-se espacialmente concentrada em poucos municípios.

**Gráfico 3 - Área dos estabelecimentos agropecuários familiares, segundo a utilização - Brasil - 2006**



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

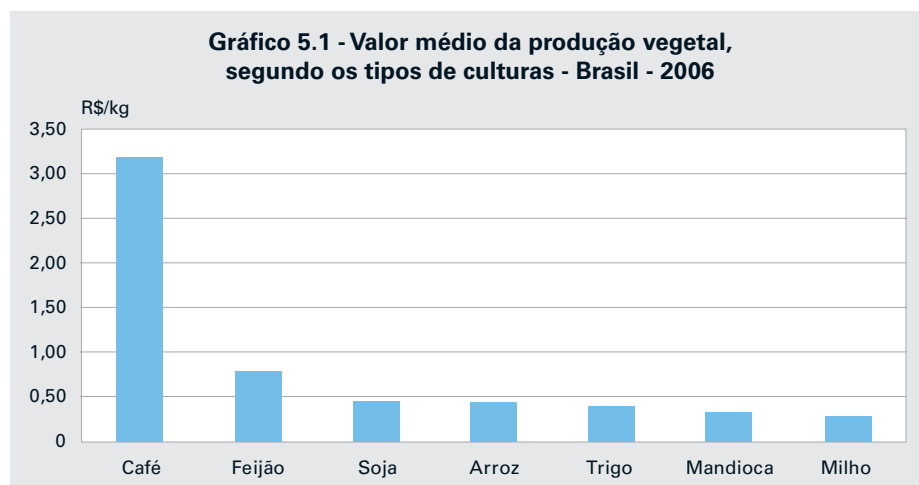
**Gráfico 4 - Produção vegetal da agricultura familiar, por tipo de cultura - Brasil - 2006**



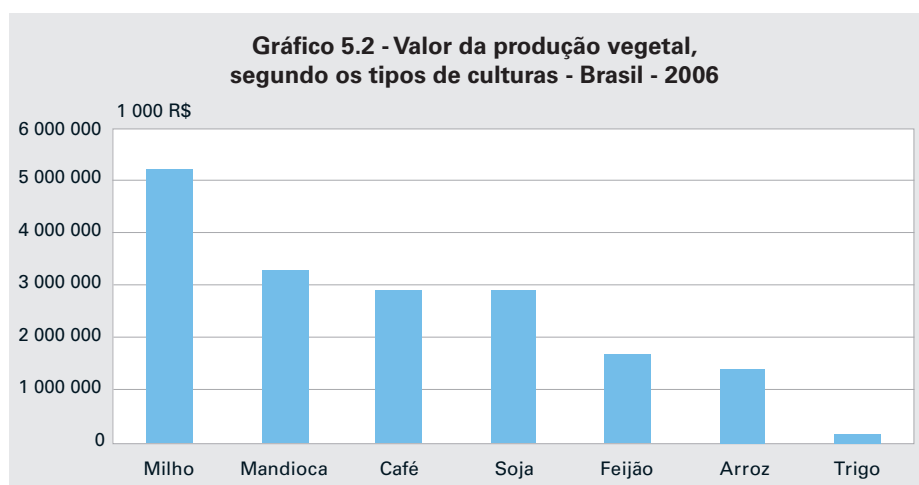
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Na agricultura familiar, dentre as culturas mais concentradas espacialmente, o trigo constitui um exemplo paradigmático, tendo sido produzido, no ano de 2006, em 691 municípios ou, em termos percentuais, em apenas 12% dos municípios brasileiros, situados, preponderantemente, na Região Sul. No que diz respeito à distribuição espacial, a produção de soja, apesar de ter ocupado o terceiro lugar em quantidade produzida, apresenta-se distribuída por 23% dos municípios.

Como observado anteriormente, a produção de milho embora seja a maior em termos quantitativos e de valor total para a agricultura familiar, no entanto, torna-se menos relevante quando vista sob outras dimensões, uma vez que o valor médio gerado por quilograma é o menor, se comparada às demais culturas, como se observa nos Gráficos 5.1 e 5.2.



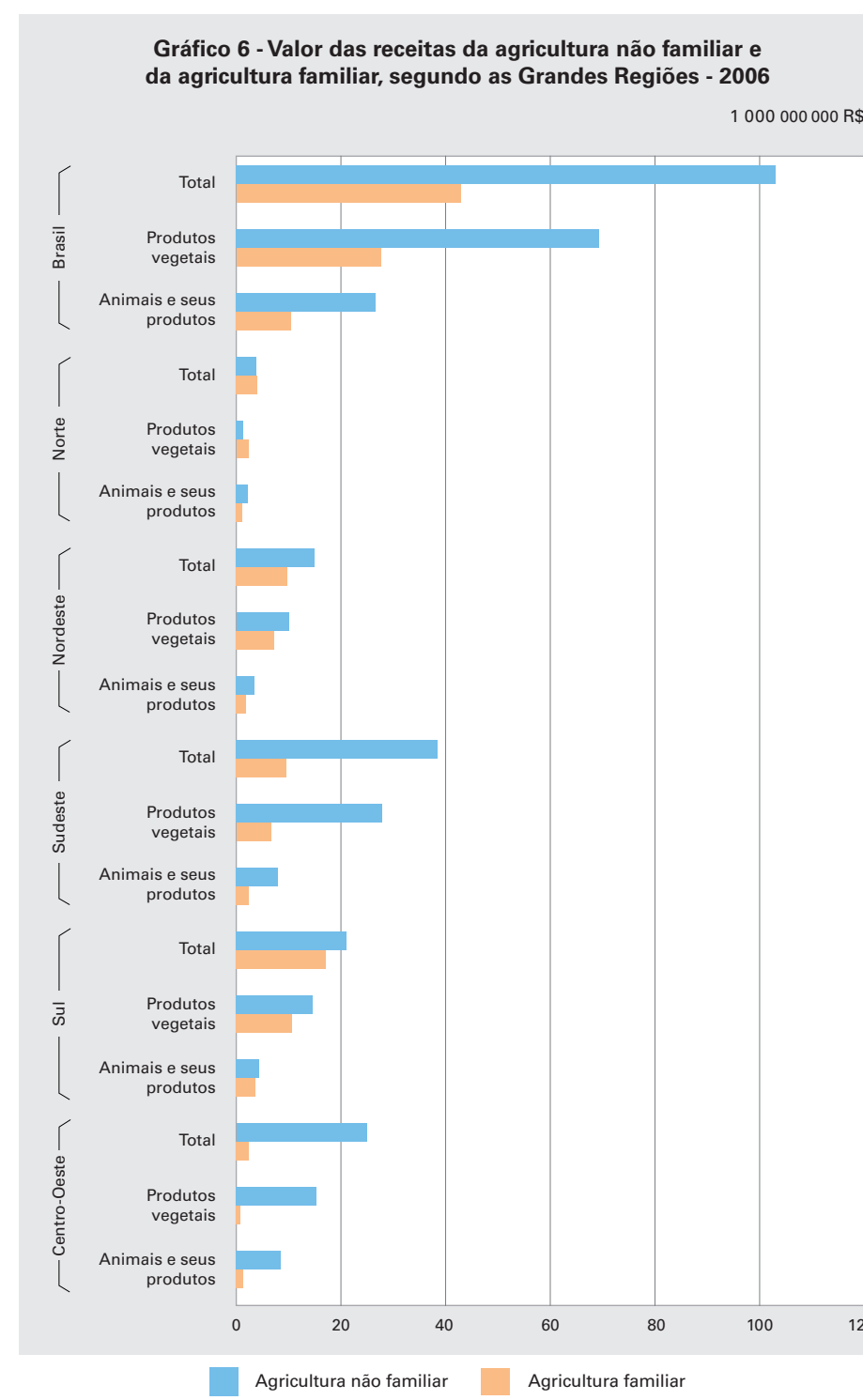
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.



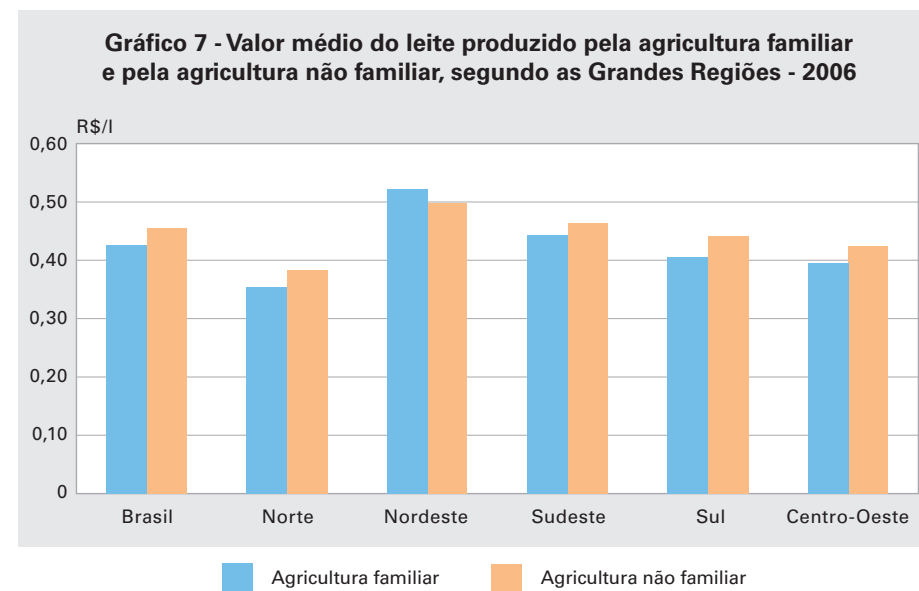
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Ainda que a proporção de estabelecimentos agropecuários familiares tenha mostrado que 85% dos mesmos são comandados pela agricultura familiar, o valor da receita obtido por estes foi muito menor do que o da agricultura não familiar. A diferença foi ainda mais acentuada nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, regiões onde ocorrem grande concentração de terra e onde se encontram o *locus* do agronegócio brasileiro. O valor da receita proveniente da agricultura familiar só foi maior do que a da agricultura não familiar na produção vegetal realizada na Região Norte, provavelmente oriunda da produção de mandioca (Gráfico 6).

A maior parte da produção de leite desenvolvida pela agricultura familiar se localizou no Estado de Goiás. No Estado de Minas Gerais, ocorre uma concentração de estabelecimentos com elevada produção de leite de vaca. No entanto, quando se analisa o valor médio do litro de leite de vaca, a Região Nordeste ganha projeção, conforme observado no Gráfico 7. Nessa região, grande parte de seus municípios possuíam média superior a R\$ 0,50, enquanto mais de 62% dos municípios brasileiros possuíam média inferior a este valor. Cabe destacar também que na Região Nordeste o valor médio do litro de leite da agricultura familiar é superior ao da agricultura não familiar, como demonstra o Gráfico 7.

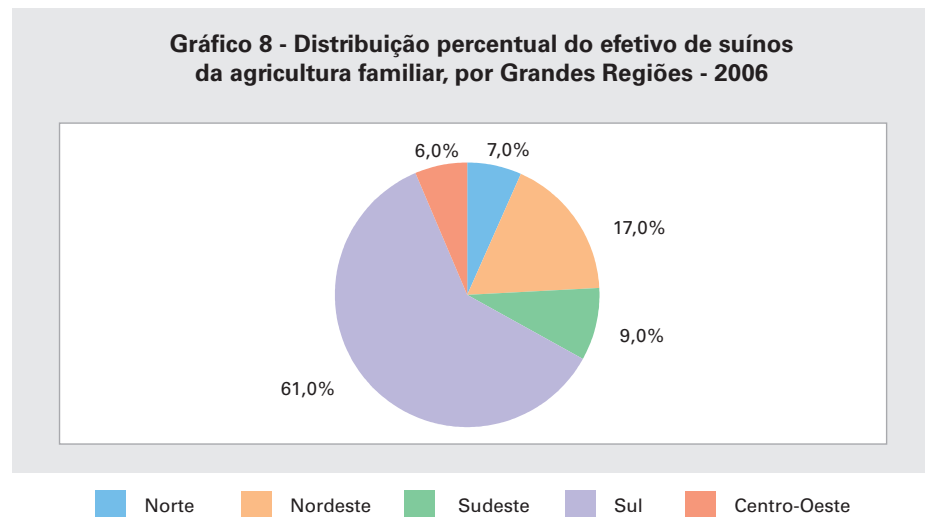


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Em relação à produção de suínos, destaca-se a Região Sul, uma vez que mais da metade dos 18 milhões de cabeças de suínos, criados em 1 275 865 estabelecimentos agropecuários familiares no Brasil, ali se concentravam, como mostra o Gráfico 8. Cabe ressaltar que enquanto o número médio de suínos por estabelecimento familiar no País é de 14 cabeças, na Região Sul essa média alcança 28 cabeças, muito superior às seis cabeças por estabelecimento na Região Nordeste. A produção se concentra regionalmente nas Regiões Sul e Centro-Oeste. No contexto nacional, contudo, os Estados de São Paulo e Minas Gerais também se destacam.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Utilizando a metodologia aplicada por Guanzioli (2001), que desenvolveu um índice do grau de integração ao mercado<sup>1</sup>, investigou-se a integração dos produtos vegetais cultivados nos estabelecimentos com até 50 hectares com o intuito de descobrir se a produção desenvolvida no município era de cunho mais comercial ou de subsistência. Segundo o autor, existem três níveis de integração ao mercado: pouco integrado, integrado e muito integrado ao mercado.

Ainda segundo Guanzioli (2001), aqueles estabelecimentos que vendem menos de 50% do que produzem são definidos como pouco integrados ao mercado. Entre os integrados, têm-se aqueles que conseguem vender entre 50% a menos de 90% da produção total. Os demais estabelecimentos, aqueles que vendem 90% ou mais do que produzem, são considerados como muito integrados ao mercado.

Aplicando essa metodologia à produção vegetal brasileira, na escala dos municípios e para determinadas culturas, o resultado mostra que a produção de trigo e da soja estão altamente integradas ao mercado. Mais de 90% dos municípios que produzem soja estão muito integrados ao mercado no que tange a essa cultura, bem como mais de 80% dos municípios que produzem trigo. Por outro lado, menos de 20% dos municípios que produzem milho, arroz e mandioca são considerados, em média, como muito integrados ao mercado.

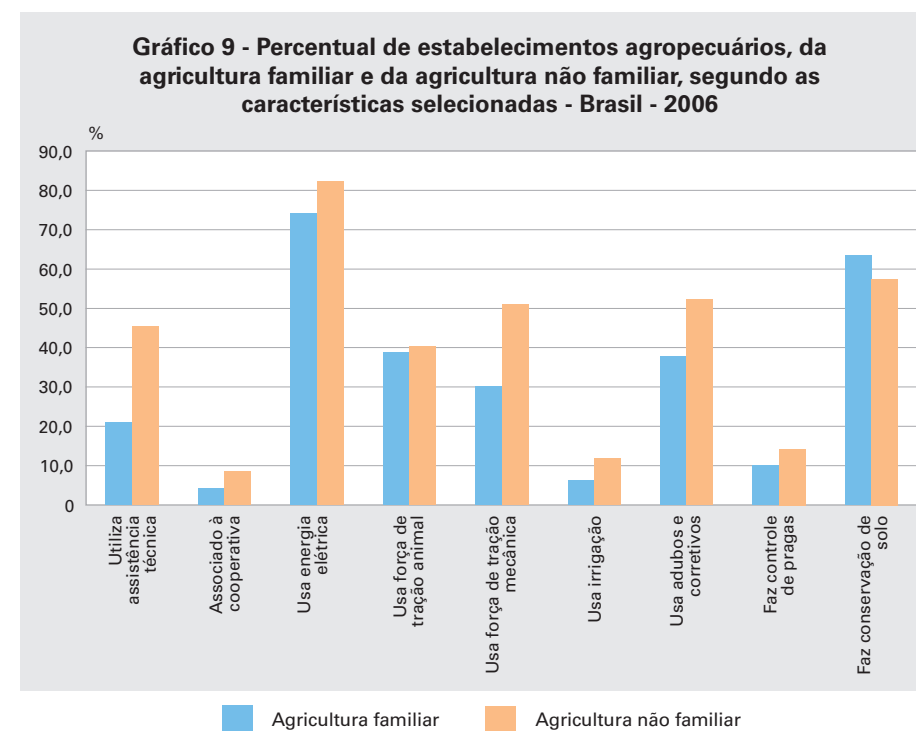
Em relação à classificação de pouca integração, observa-se que mais de 80% dos municípios que produziram arroz possuíam essa produção pouco integrada ao mercado, isto é, vendeu-se menos que 50% do que fora produzido. E mais de 50% dos municípios produtores de mandioca e milho também eram pouco integrados no que se refere a esses cultivos.

Os dados disponíveis possibilitaram calcular o produto principal no município em relação à quantidade produzida e ao valor gerado. Confeccionou-se, assim, um mapa com o principal produto por município, onde se pode constatar uma forte contiguidade espacial na produção agropecuária. Nesse sentido, o Estado do Amazonas e o do Espírito Santo aparecem como os mais homogêneos dentre os estados brasileiros, visto que em todos os municípios do Amazonas é a mandioca e nos do Espírito Santo é o café, produto vegetal que gera mais valor. Destaque também para os Estados do Maranhão e do Tocantins, onde grande parte dos municípios tem o arroz como produto principal.

No que tange à assistência técnica, a agricultura familiar apresentou pouco mais de 20% dos seus estabelecimentos agropecuários com acesso a esse serviço tão essencial no campo brasileiro. Em relação à associação e às cooperativas, os dados são ainda mais modestos, sendo a média brasileira inferior a 5%. A Região Sul se destacou com mais de 15%.

Quanto ao acesso da agricultura familiar à energia elétrica, cabe observar que esta última está presente em mais de 75% dos estabelecimentos. No entanto, a Região Norte ainda possuía quase a metade dos seus estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar sem acesso à energia elétrica. Se por um lado, o uso de força de tração animal é semelhante entre a agricultura familiar e a não familiar, existindo em cerca de 40% dos estabelecimentos, por outro, o uso de força de tração mecânica, presente em cerca de 30% dos estabelecimentos agropecuários familiares no País, é bem maior nos estabelecimentos de agricultura não familiar, ocorrendo em mais da metade de seus estabelecimentos. Entre as Grandes Regiões, a Região Sul novamente se destaca com esse indicador atingindo 50% dos estabelecimentos agropecuários familiares.

A irrigação ainda é insuficiente, tendo ocorrido em apenas 6% dos estabelecimentos agropecuários familiares do País. No que se refere ao uso de adubos e corretivos, a média nacional era de 37%, porém há que se destacar o uso desses insumos na Região Sul, onde é superior a 75% e, no outro extremo, na Região Norte, onde é inferior a 13% dos estabelecimentos com agricultura familiar. O controle de pragas também é incipiente, não atingindo 10% na média brasileira. Por fim, a prática de conservação do solo foi superior nos estabelecimentos de agricultura familiar, existindo em 50% destes estabelecimentos, apesar de na Região Centro-Oeste ela ocorrer em apenas 38% dos estabelecimentos agropecuários familiares, como mostra o Gráfico 9.



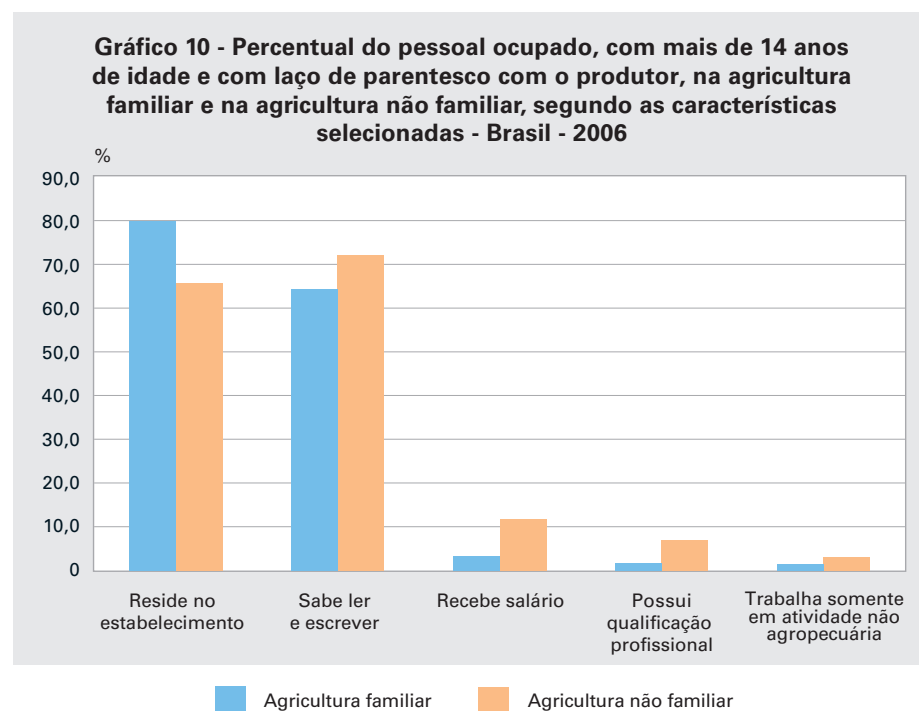
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Para compor um retrato mais completo da agricultura familiar, observou-se, também, características relacionadas com a qualificação profissional do produtor e, novamente, a Região Sul se destacou, tendo apresentado a maior escolarização e maior qualificação profissional.

No que se refere à qualificação profissional, a agricultura familiar ainda tem muito que avançar. Em mais de 90% dos municípios, a qualificação da mão de obra familiar não atingiu 5% do pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor e com mais de 14 anos de idade. Os dados mais significativos atingiram apenas 54% dos trabalhadores, e, mesmo assim, ocorreu em apenas três municípios da Região Sul do País.

<sup>1</sup> Para calcular o grau de integração ao mercado, primeiramente obtém-se o dado relativo à quantidade produzida de determinado produto. Posteriormente, divide-se o total da quantidade vendida pelo total produzido e, assim, obtém-se o resultado que mostra o percentual que fora vendido em relação ao total produzido.

Em relação ao salário, em mais de 95% dos municípios, menos de 10% da mão de obra familiar recebe salário. Ademais, em 74% dos municípios, mais da metade dos trabalhadores residiam no próprio estabelecimento, o que sugere a ocorrência de baixa participação desta população nas relações com o mercado (Gráfico 10).



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Ficou claro que mesmo com menor acesso à tecnologia, mão de obra menos qualificada e produção pouco integrada ao mercado, os índices de produtividade indicam que a agricultura familiar pode se tornar competitiva em termos de mercado, mesmo ocupando uma área bem menor e, em grande parte, mal-localizada em termos de acesso ao mercado.

Enfim, o mapeamento realizado nesse capítulo encaminha também a proposta de uma leitura integrada, territorial, da complexa questão que envolve, na atualidade, a produção familiar no Brasil vista sob uma perspectiva de superação de velhas dicotomias existentes na análise desse segmento sob a perspectiva do mercado interno *versus* mercado externo; reprodução da pobreza *versus* geração da riqueza; agricultura de subsistência *versus* agricultura comercial, entre outras rupturas, que mascaram uma visão contemporânea da produção familiar privilegiadora da diversidade social, econômica, política, cultural e ambiental que marcam os múltiplos segmentos que compõem o agro-nacional.

## Referências

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: out. 2011.

CANDIOTTO, L. Z. P. A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo. In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G. J. (Org.). *Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. v. 1, p. 275-298.

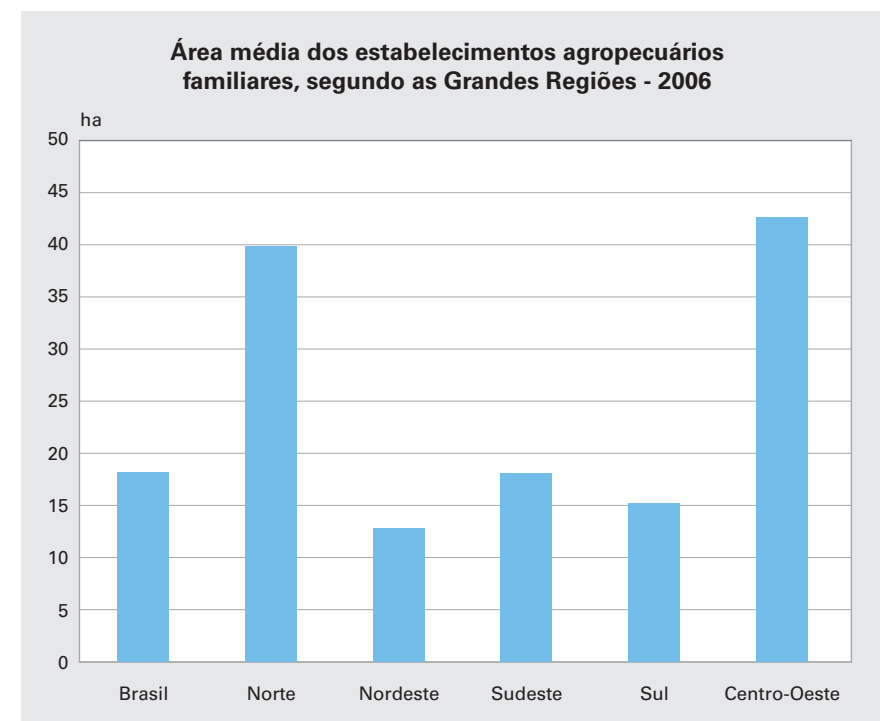
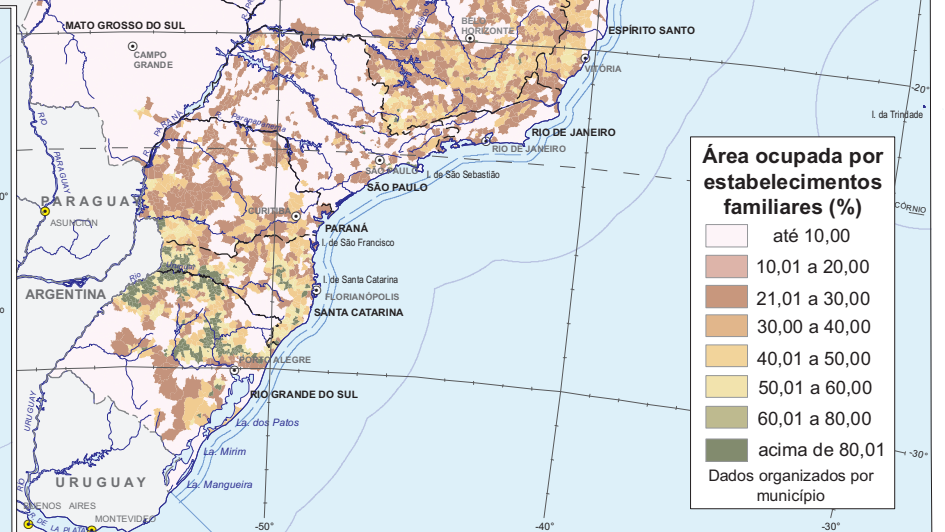
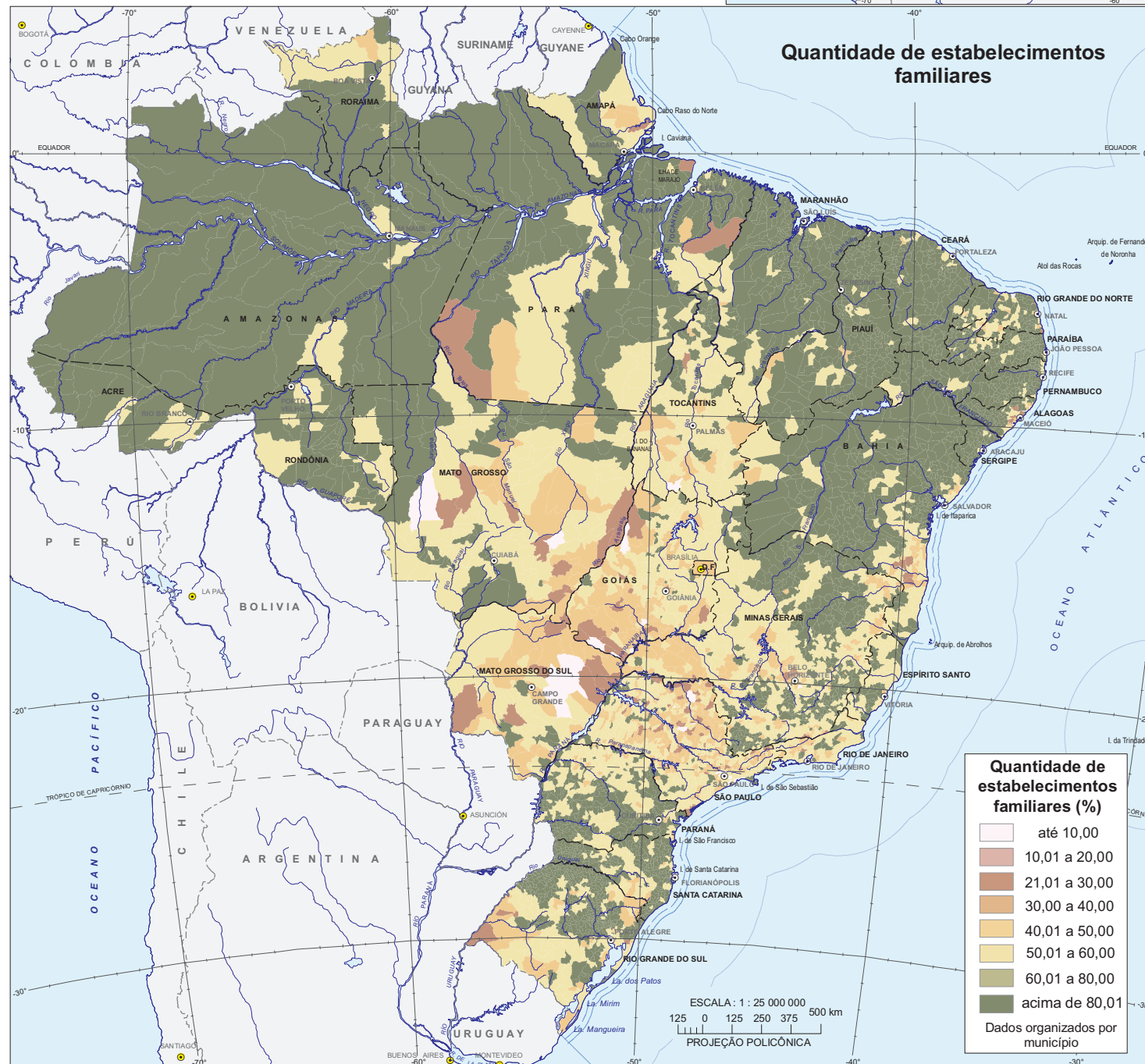
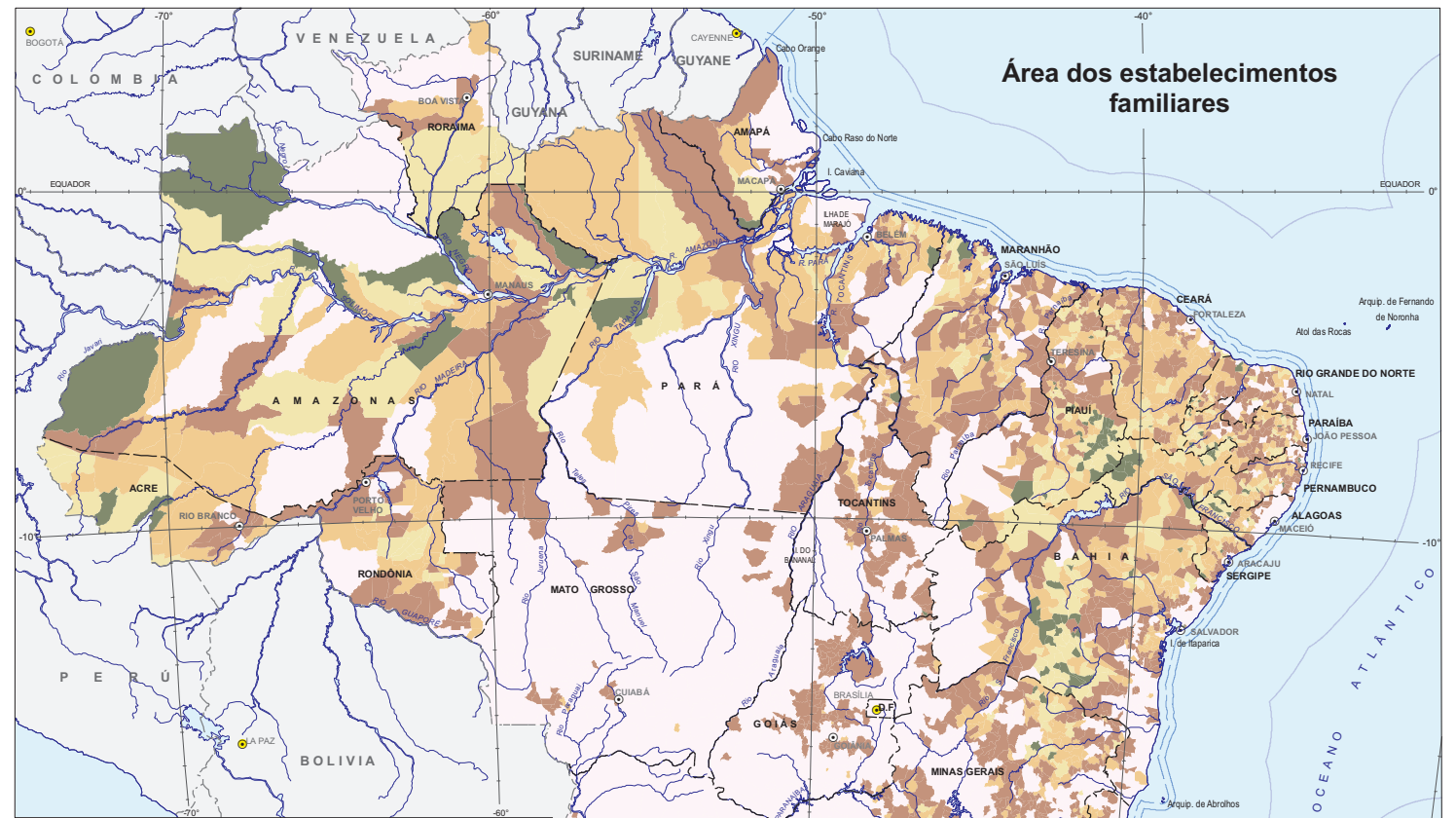
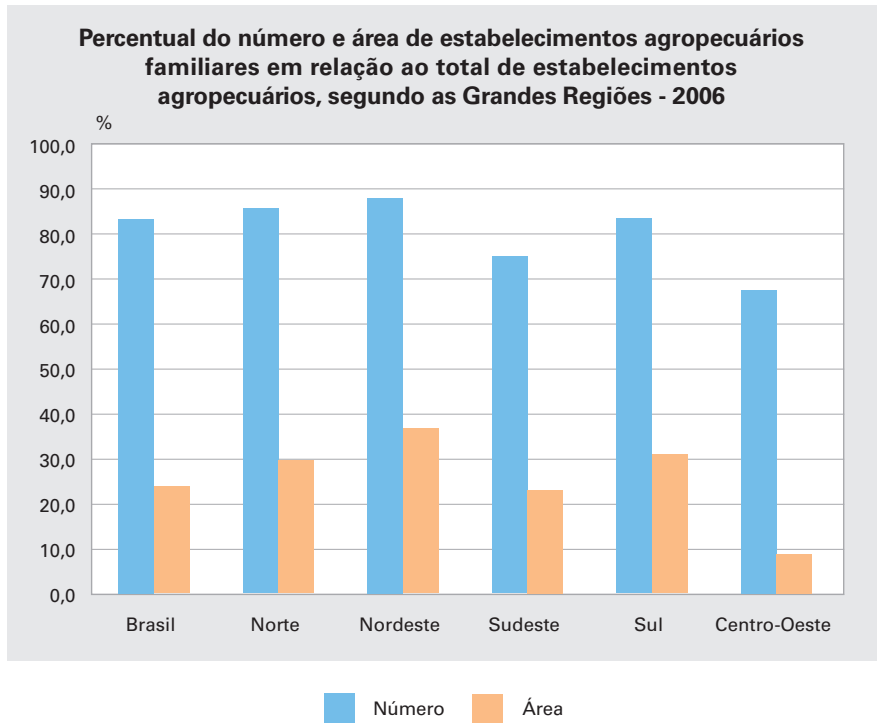
CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 777 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/Brasil\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf)>. Acesso em: out. 2011.

GUANZIROLI, C. E. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 284 p.

POLÍTICA nacional de assistência técnica e extensão rural. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Secretaria de Agricultura Familiar - SAF, 2004. 22 p. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/saf/arq\\_vivos/view/ater/Pnater.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/saf/arq_vivos/view/ater/Pnater.pdf)>. Acesso em: out. 2011.

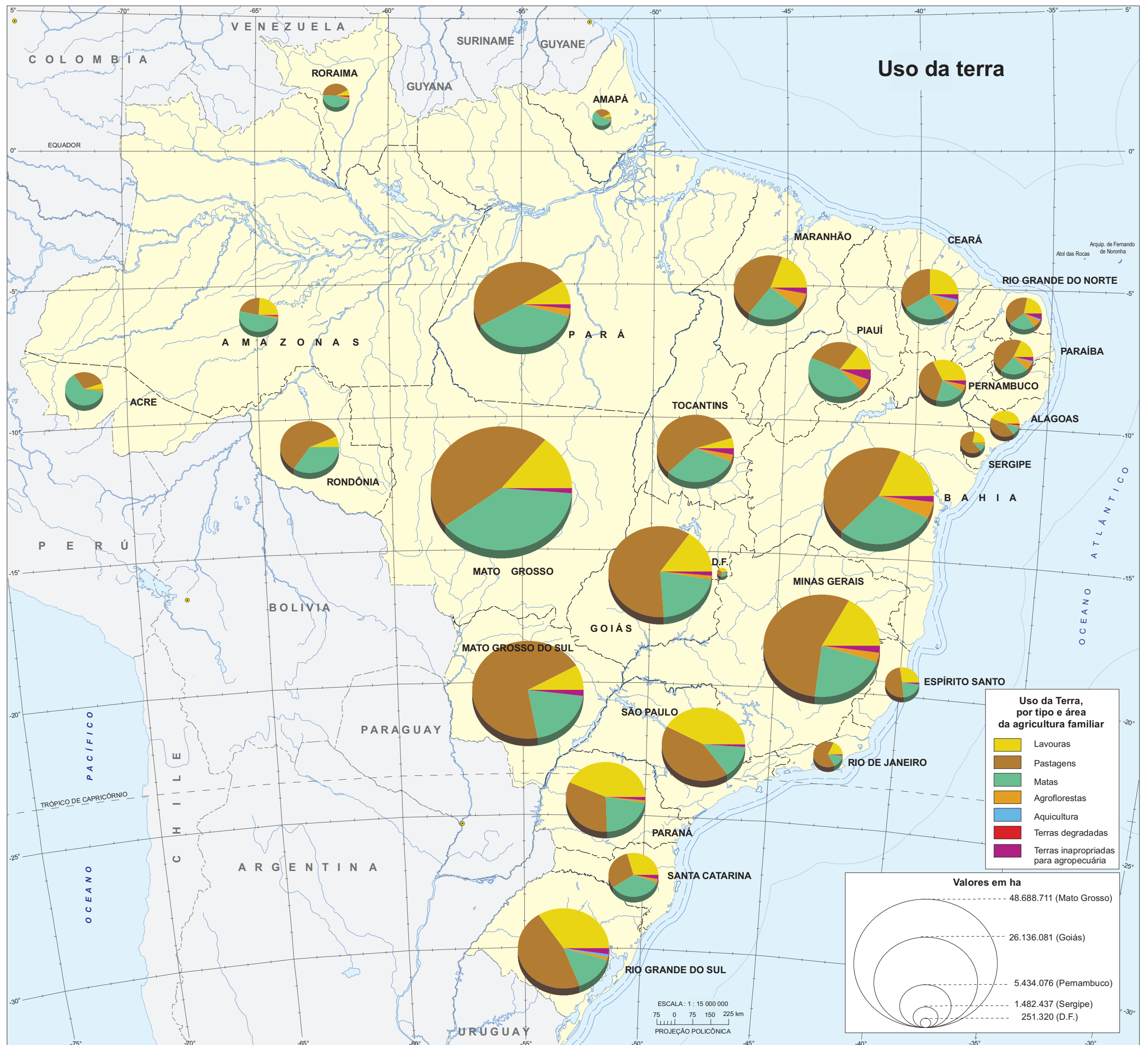
SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

Número e área de estabelecimentos



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

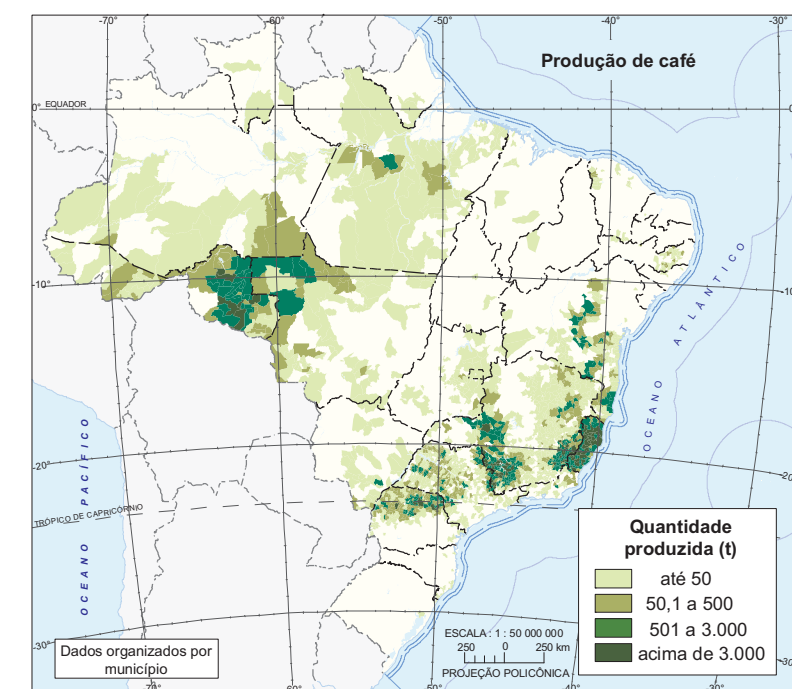
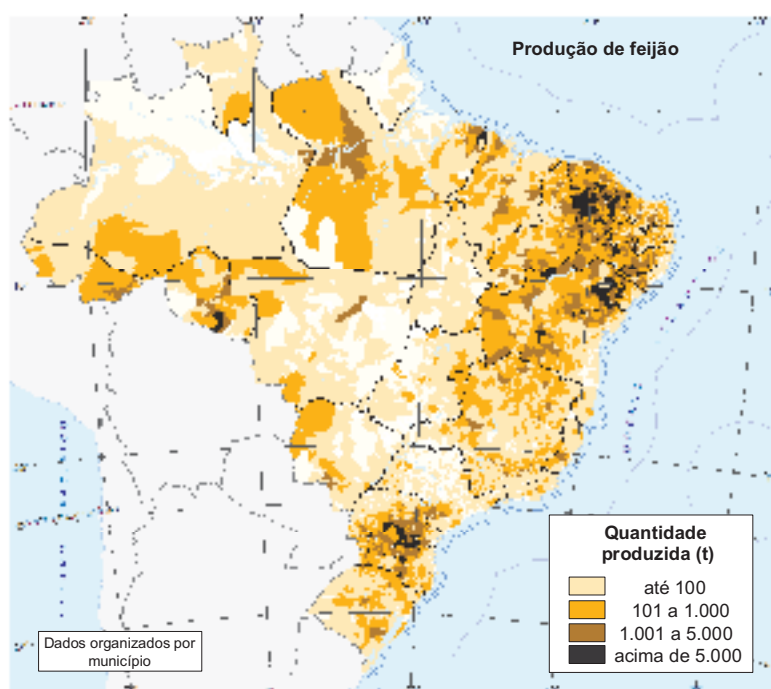
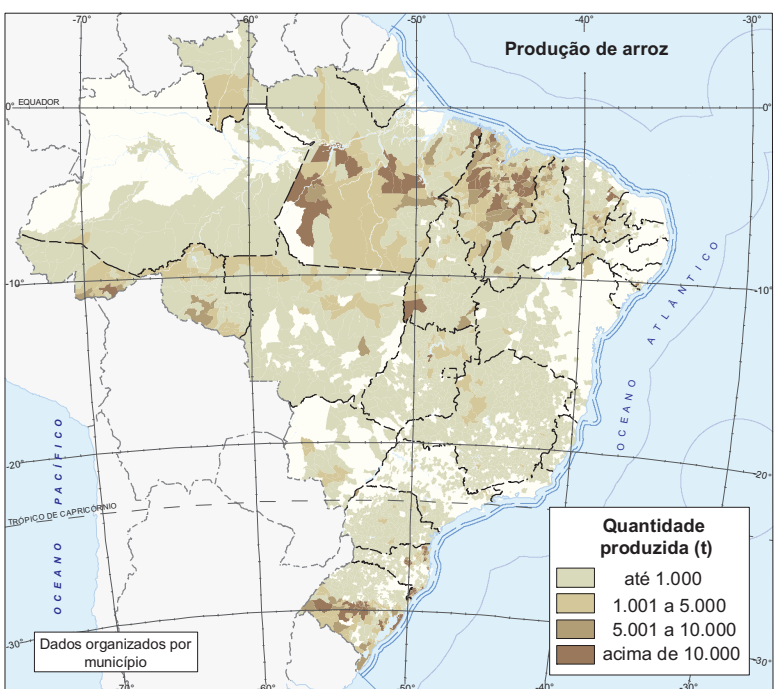
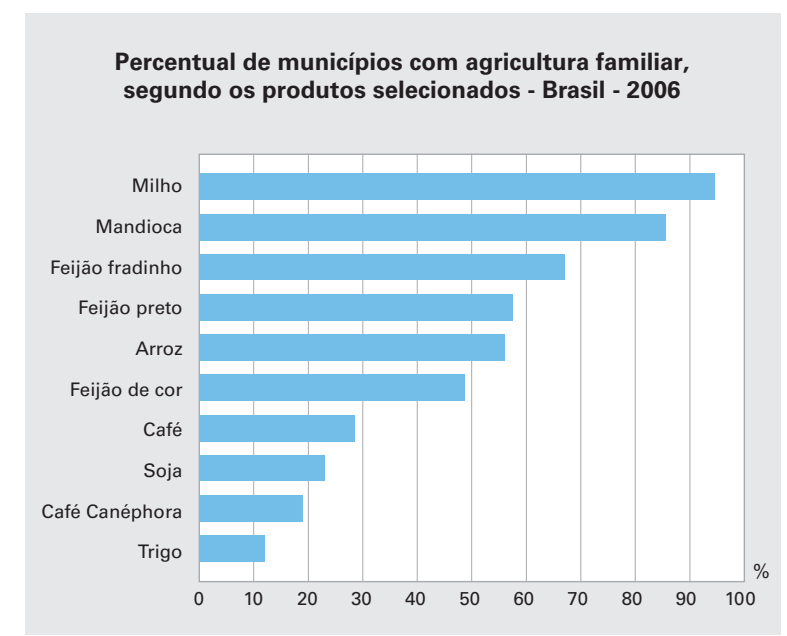
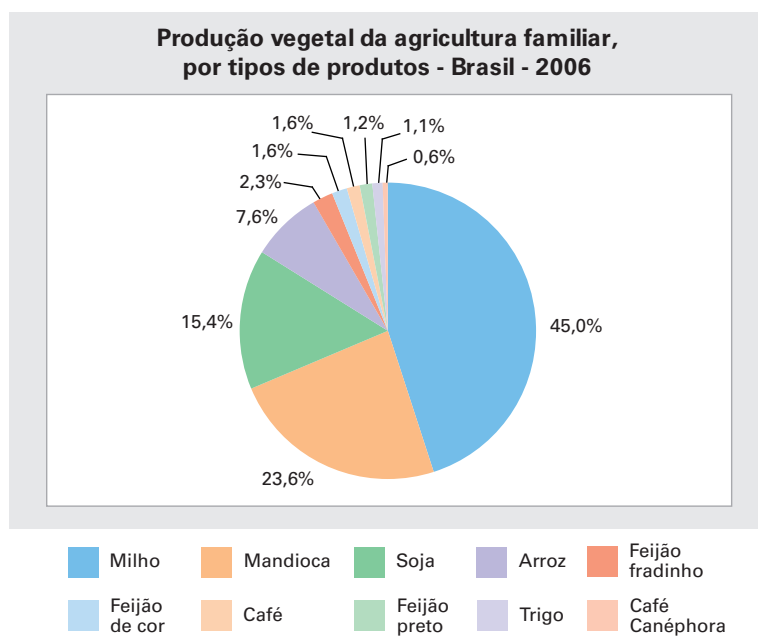
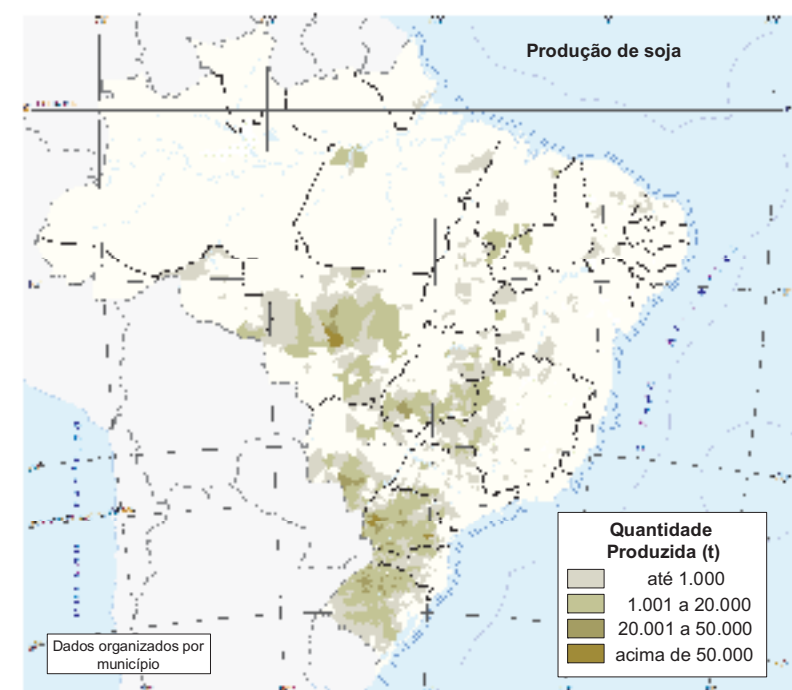
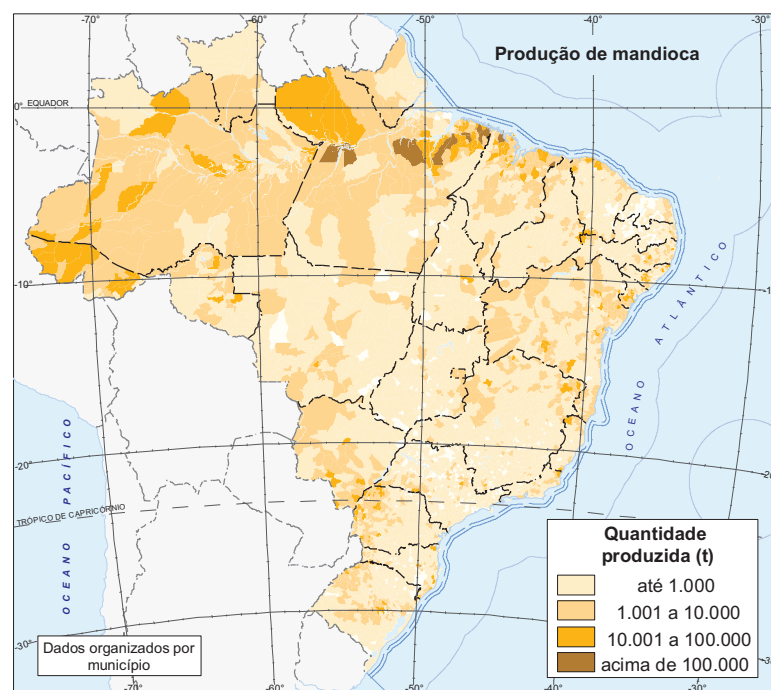
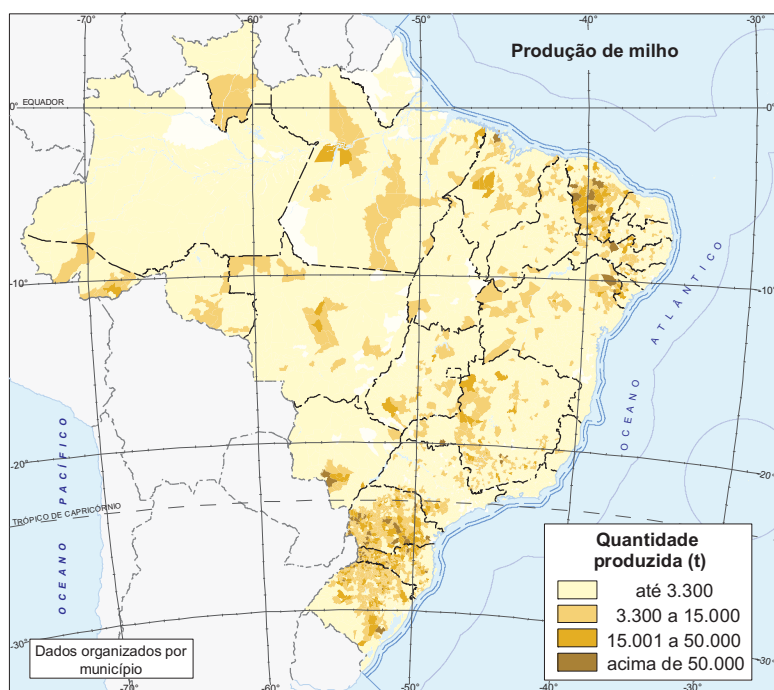
### Utilização da terra



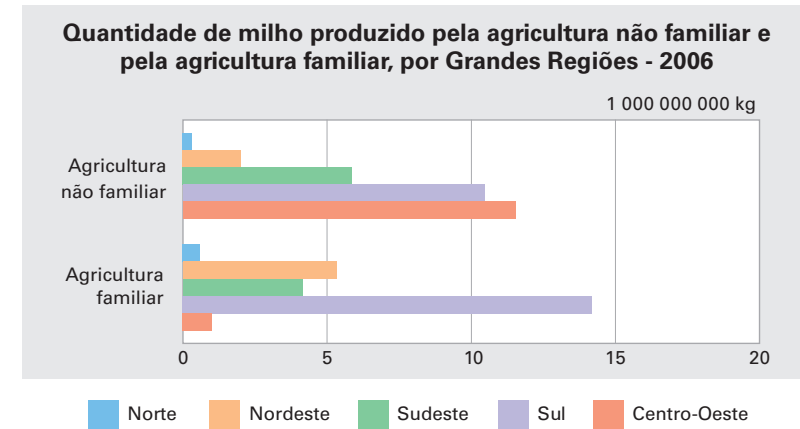
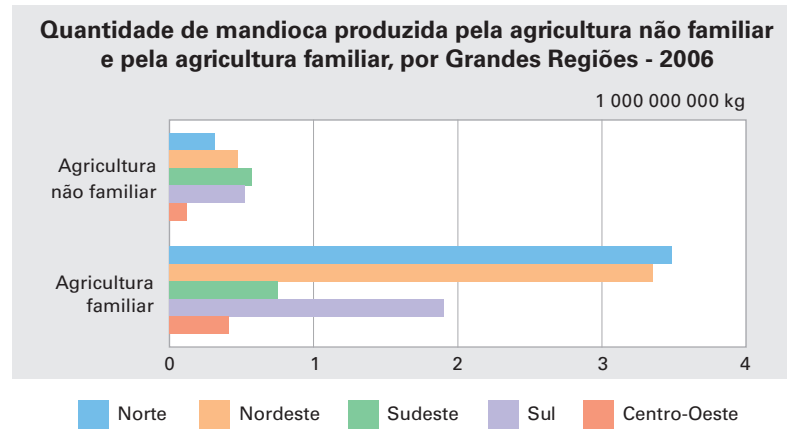
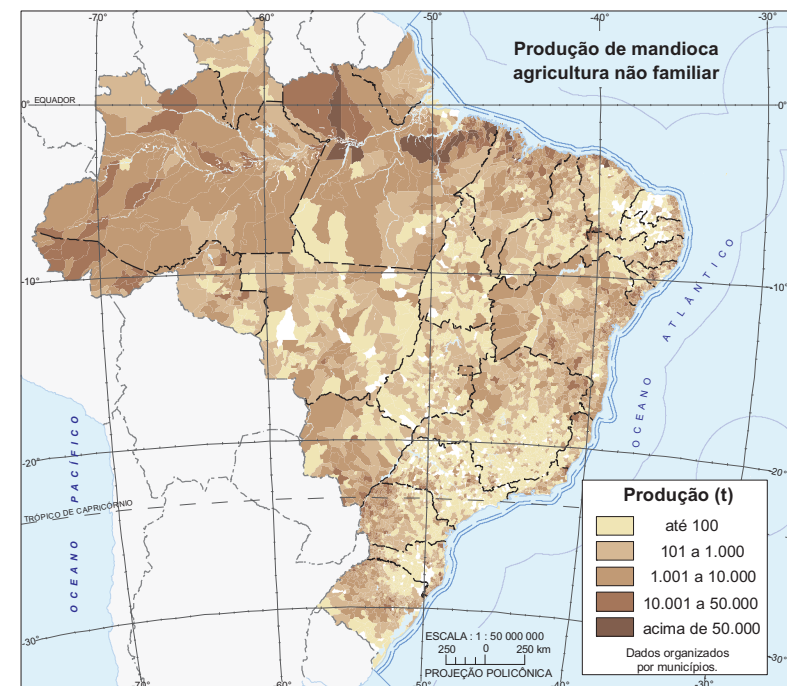
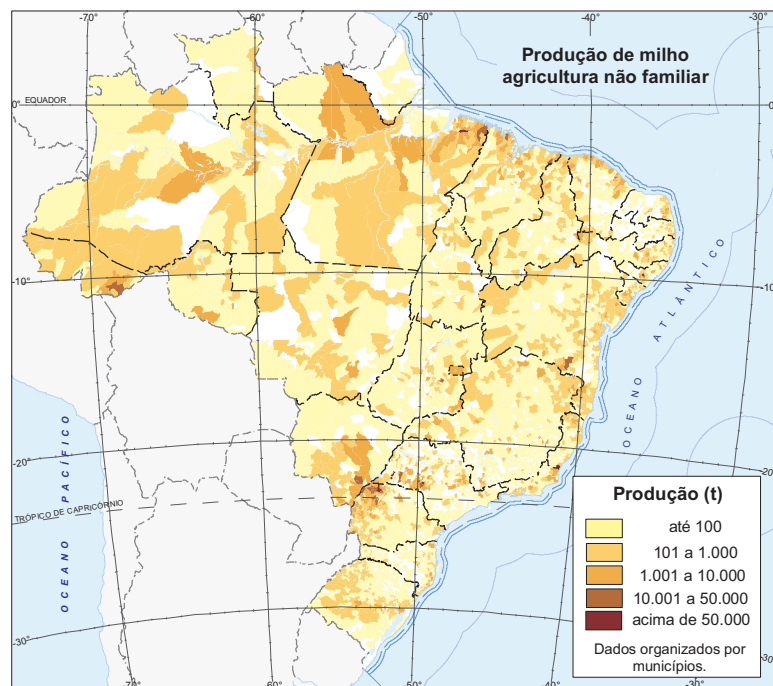
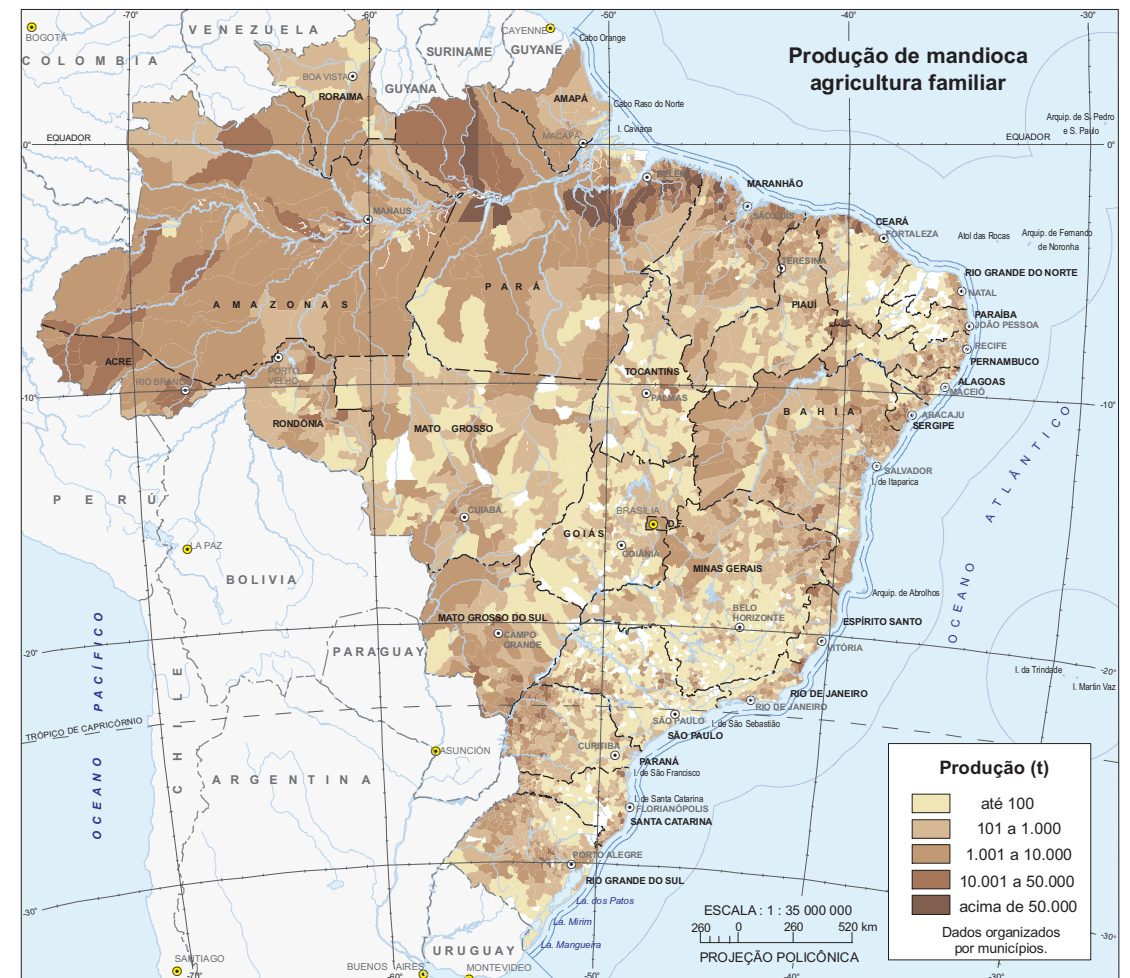
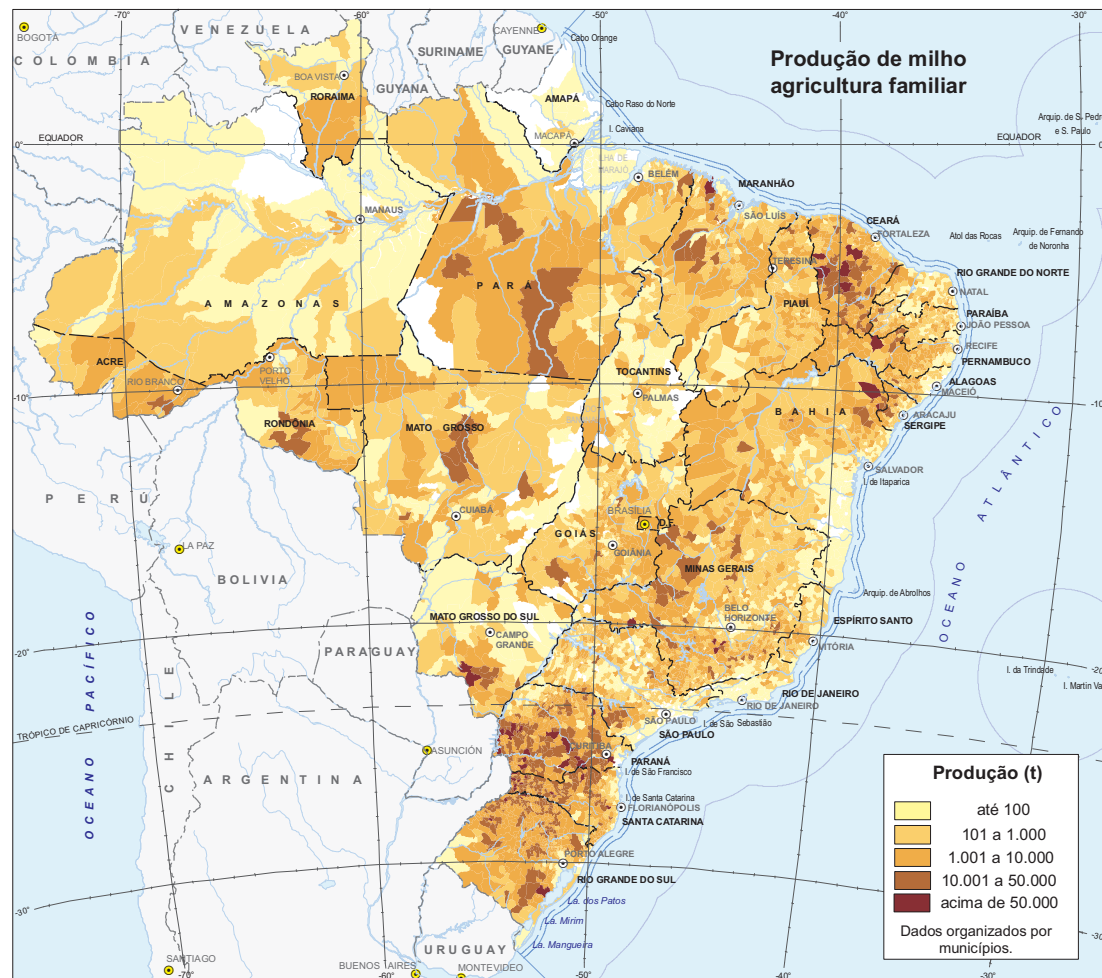
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.



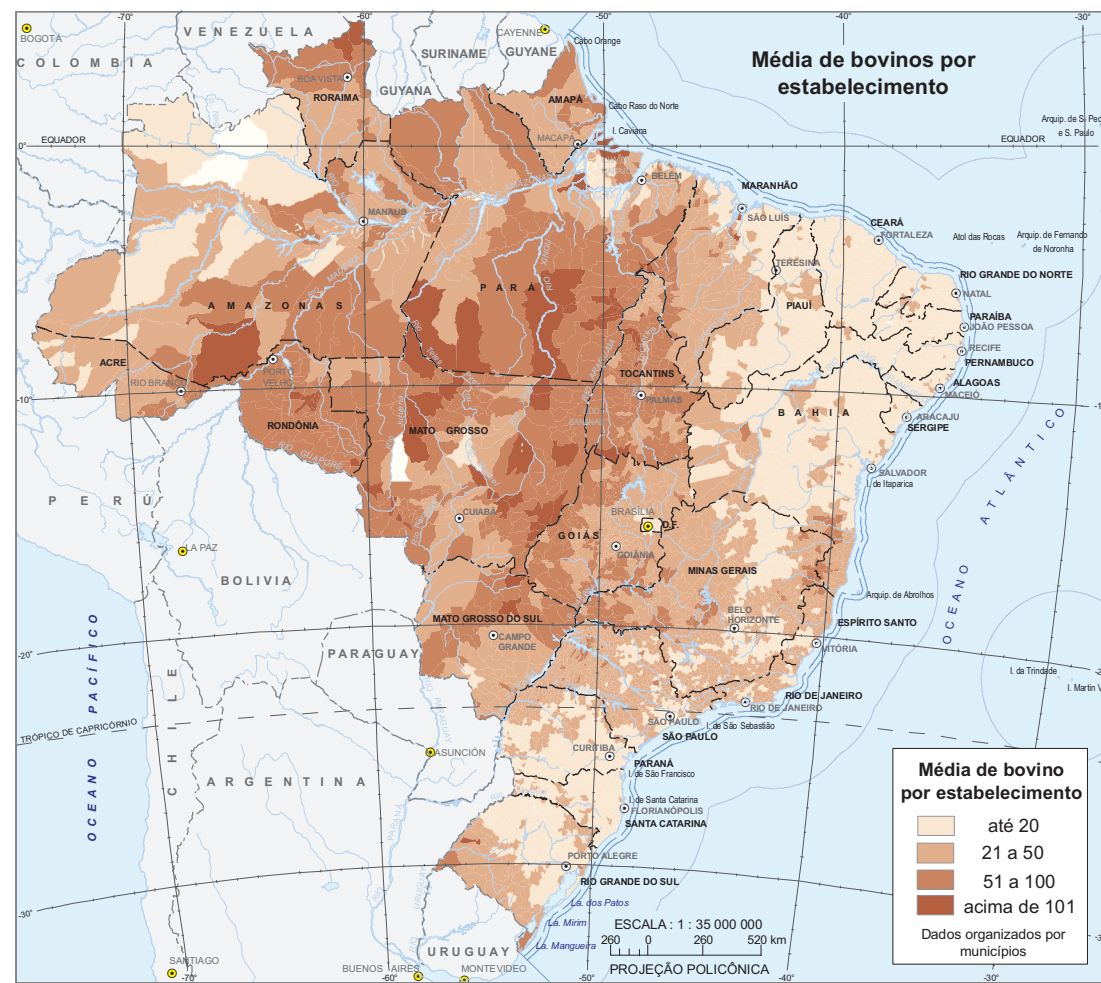
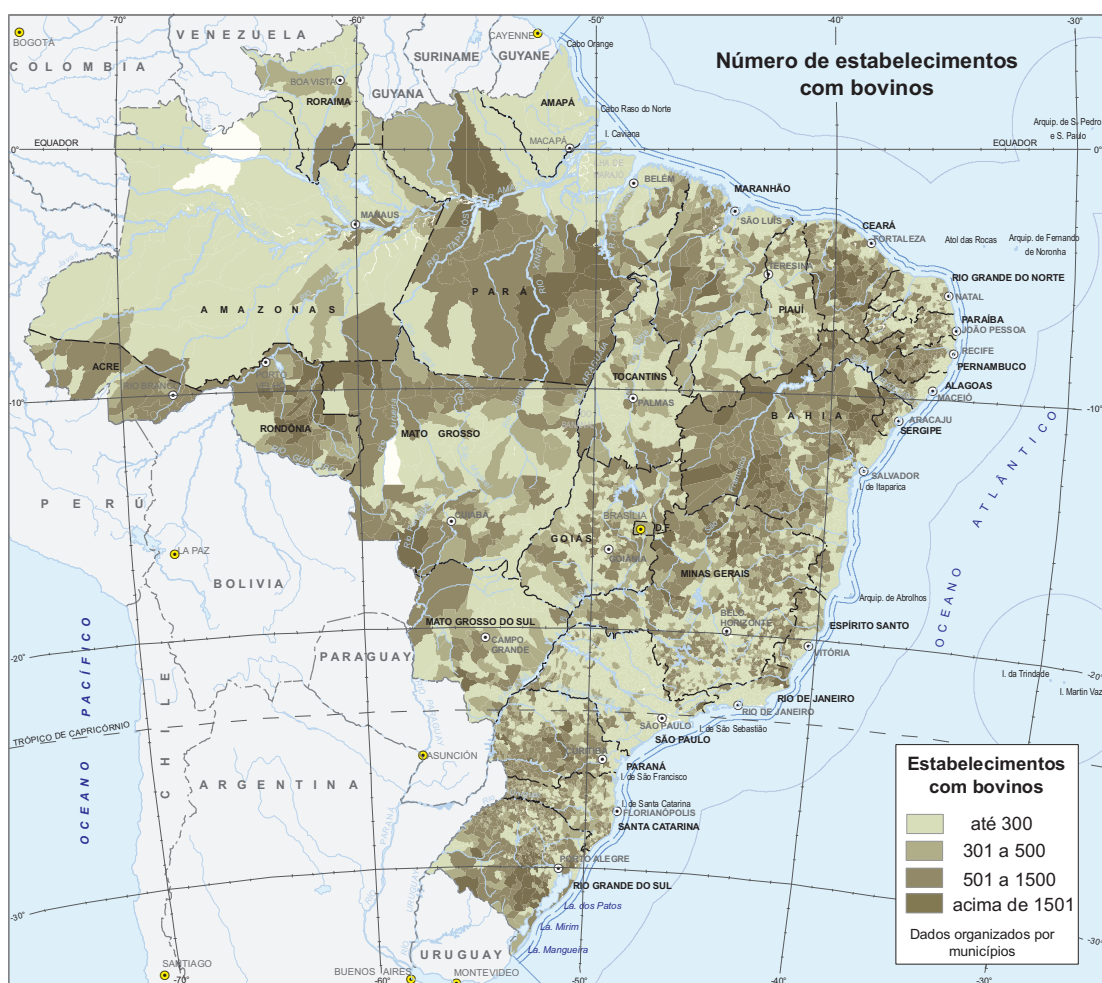
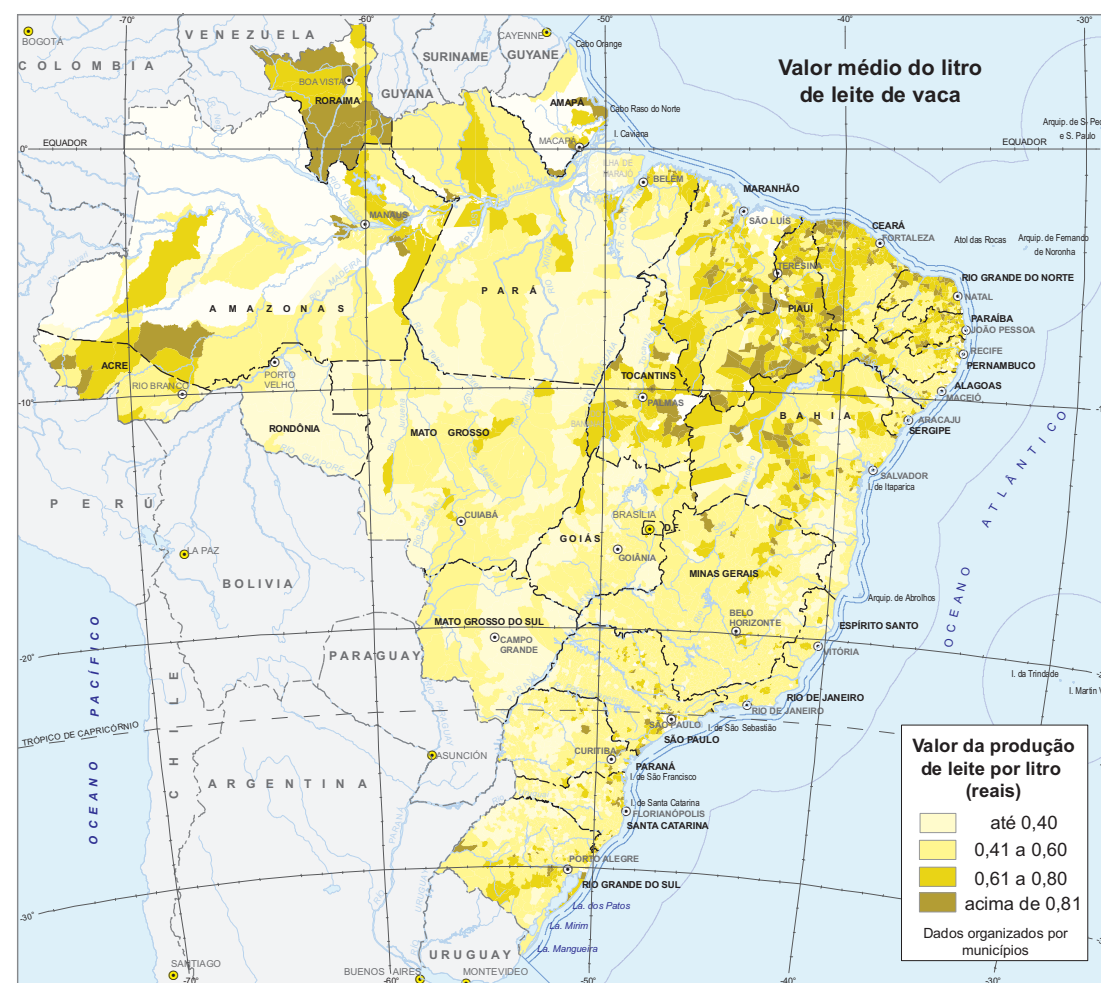
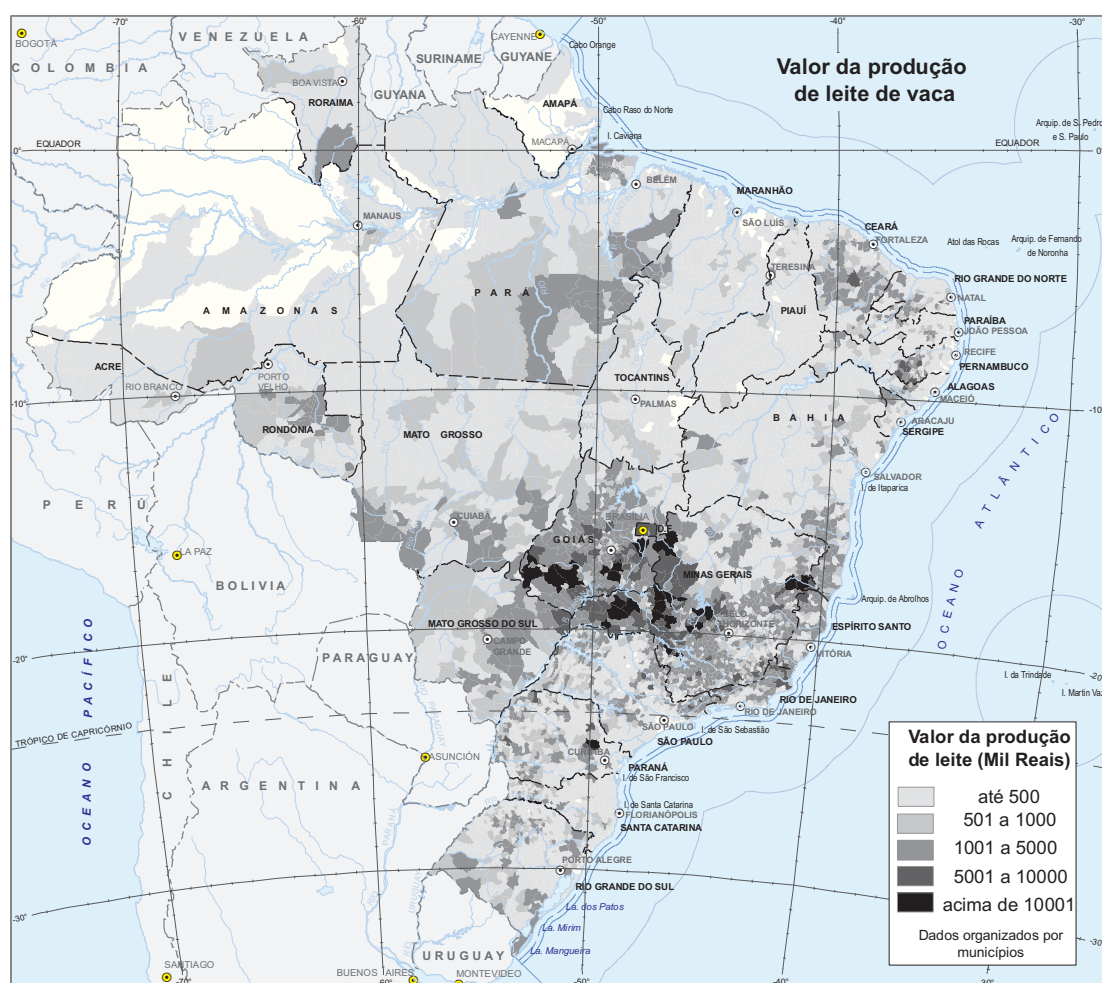
Produção vegetal



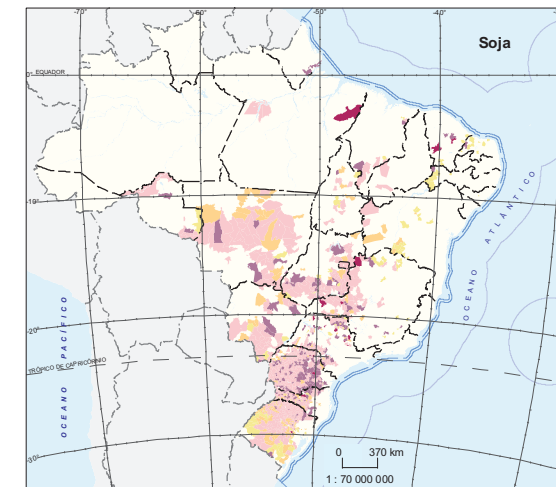
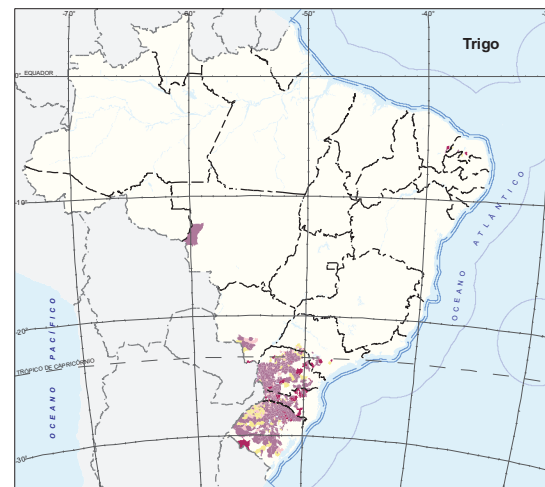
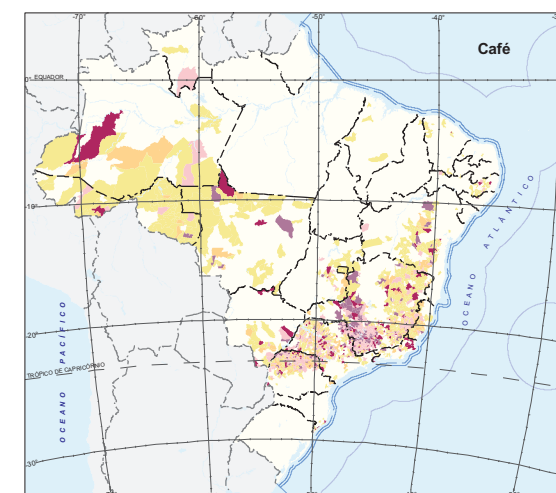
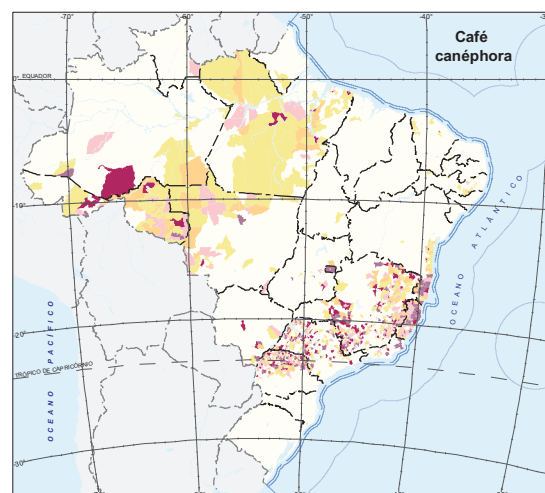
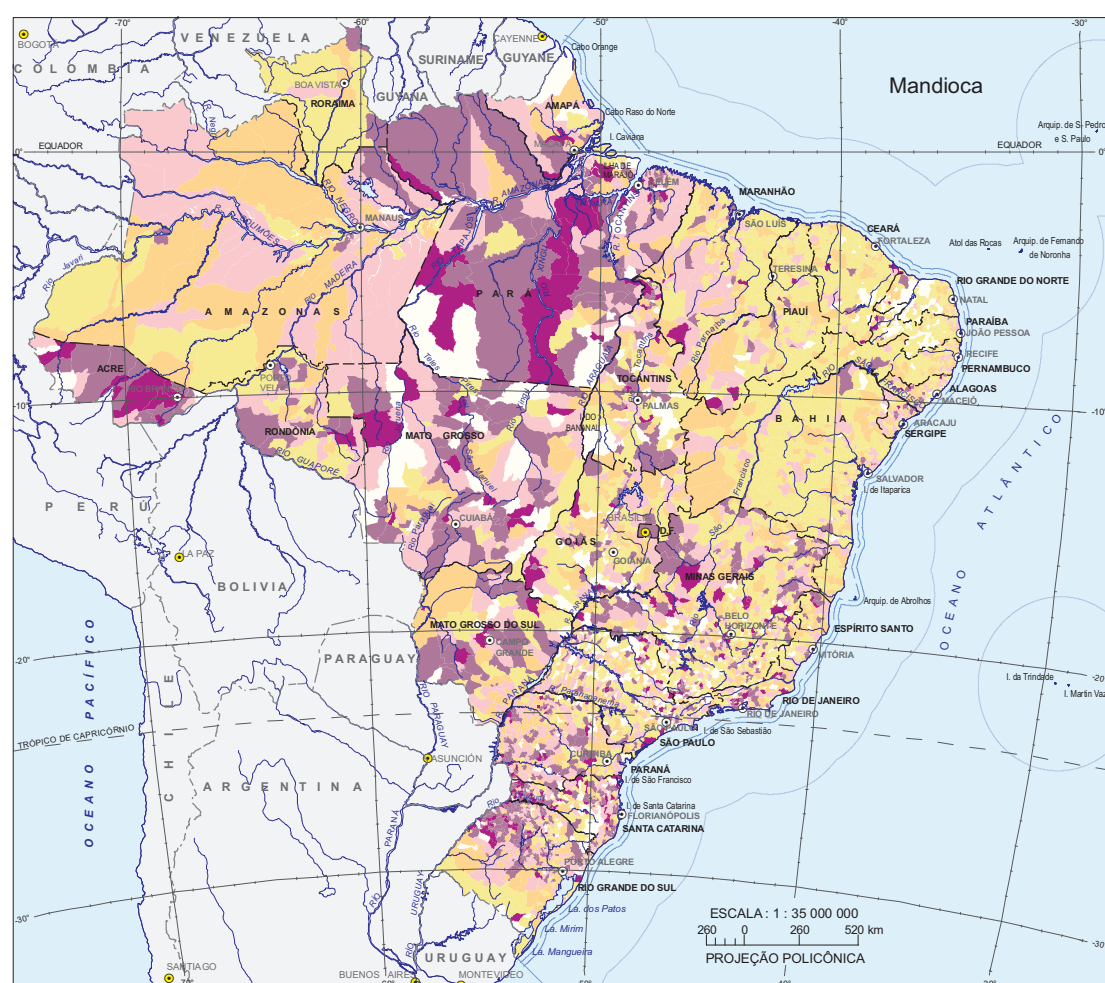
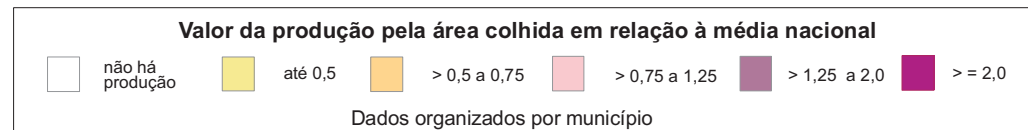
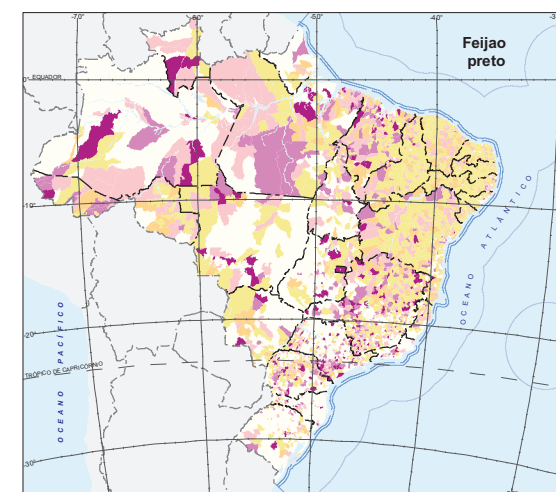
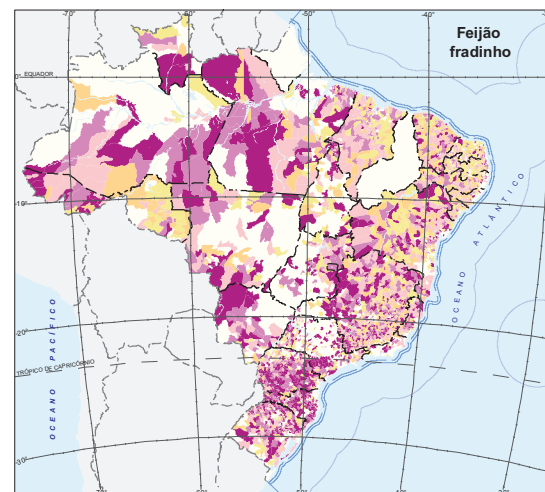
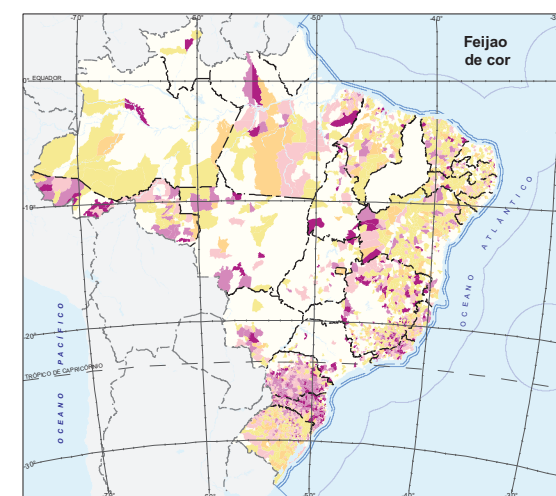
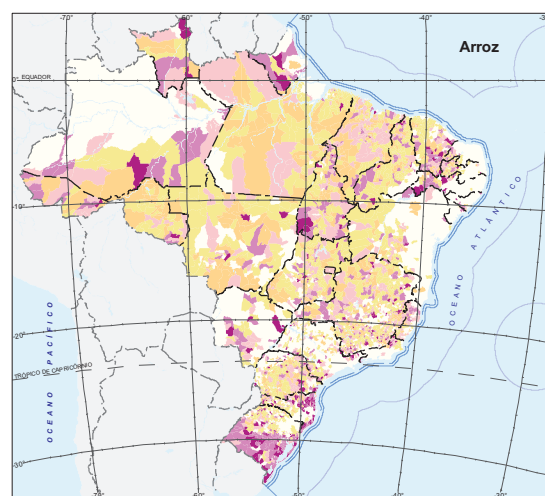
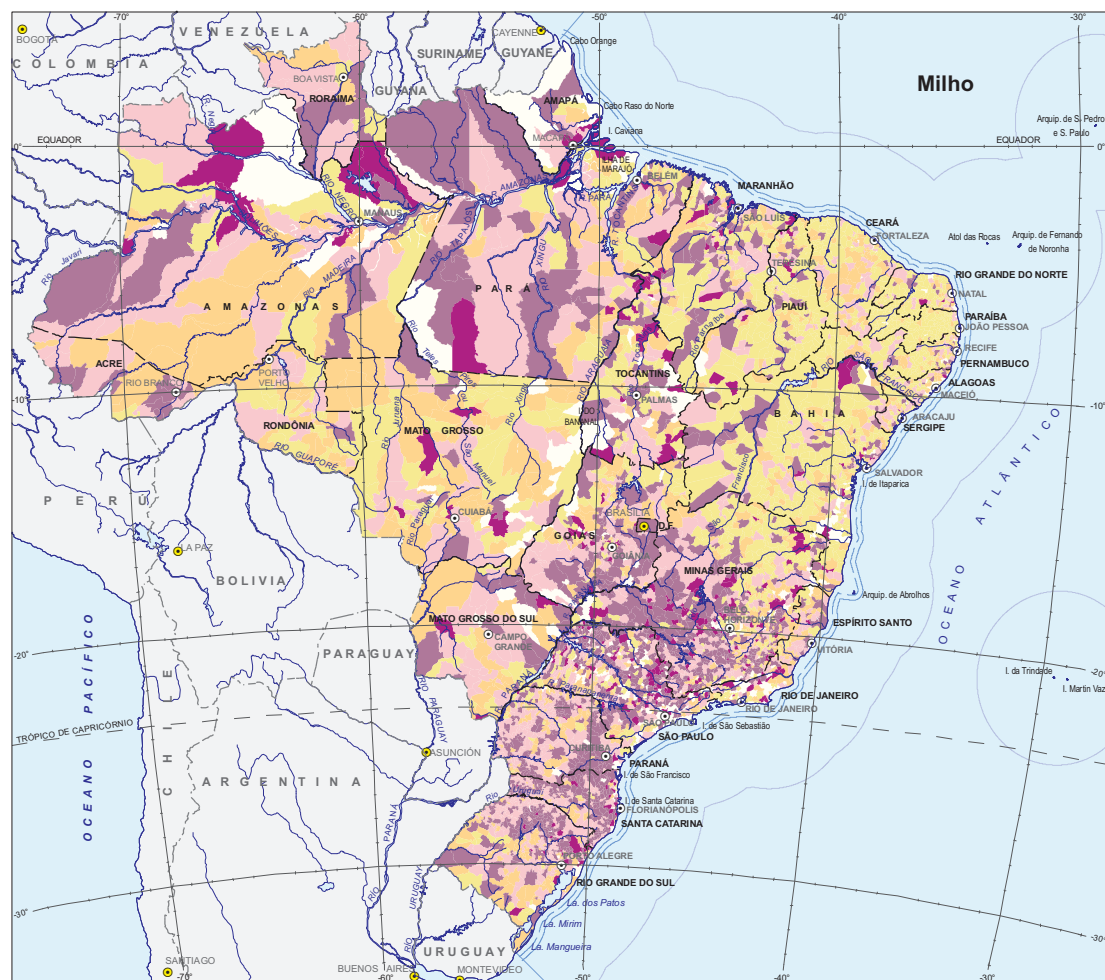
Produção de milho e mandioca



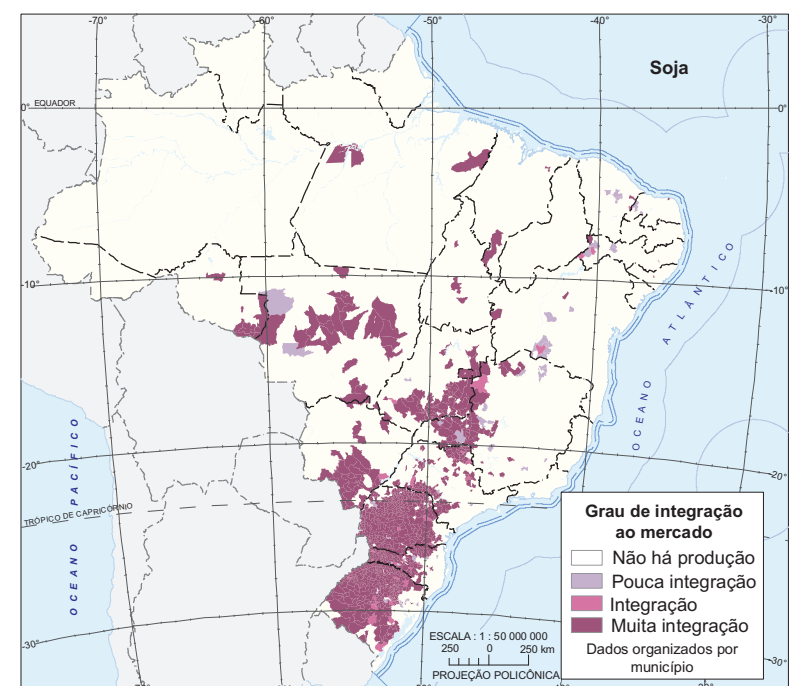
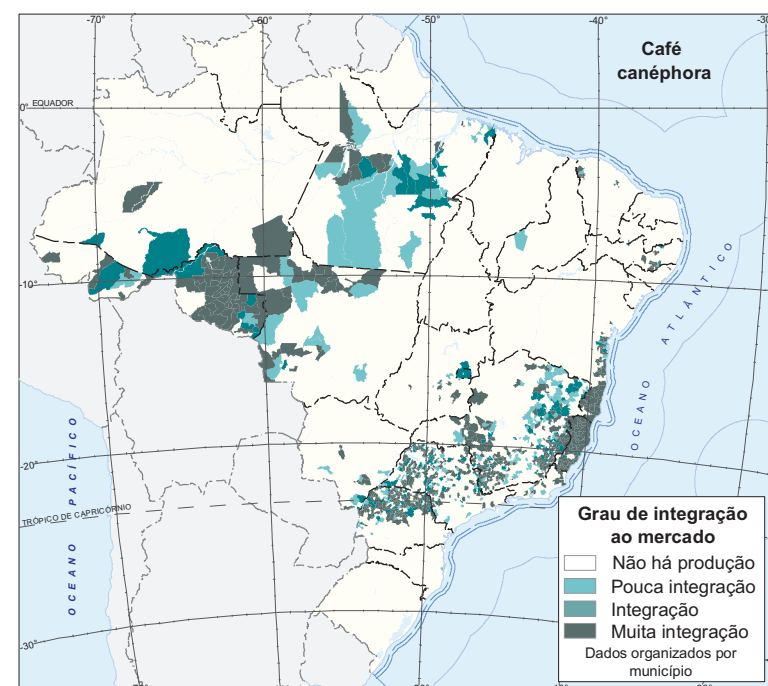
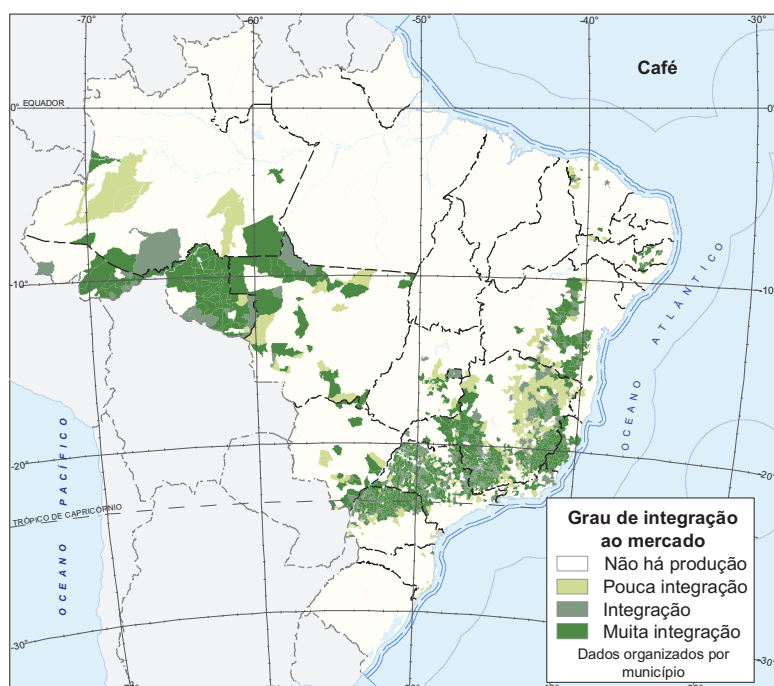
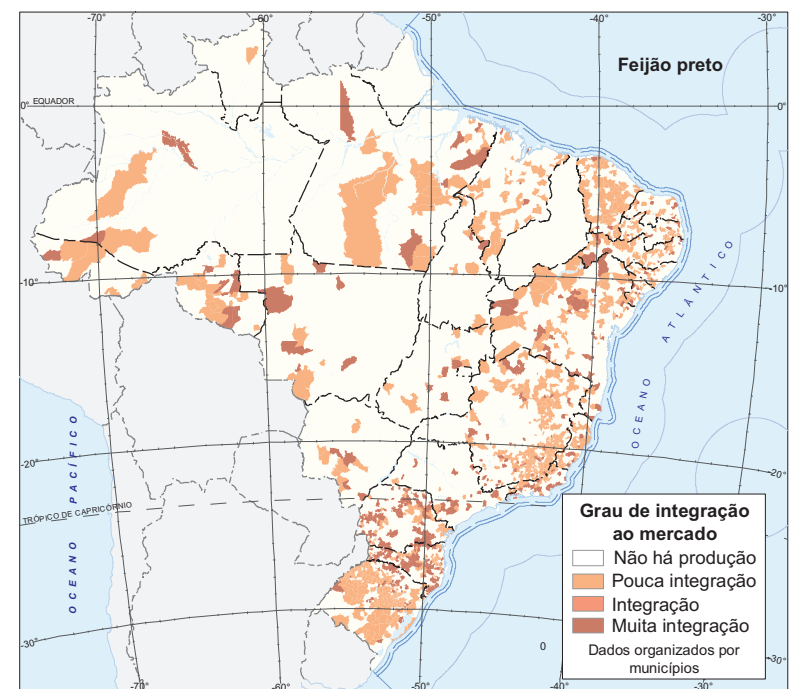
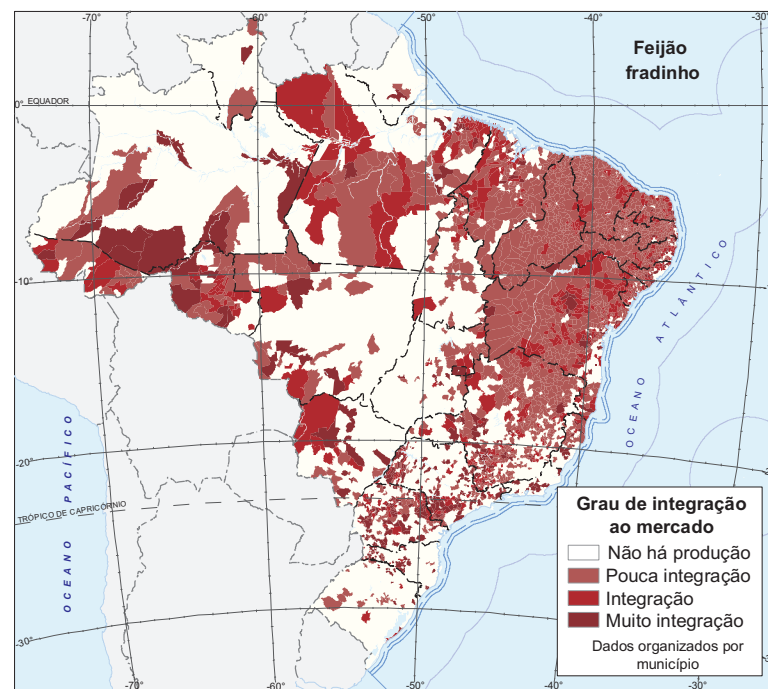
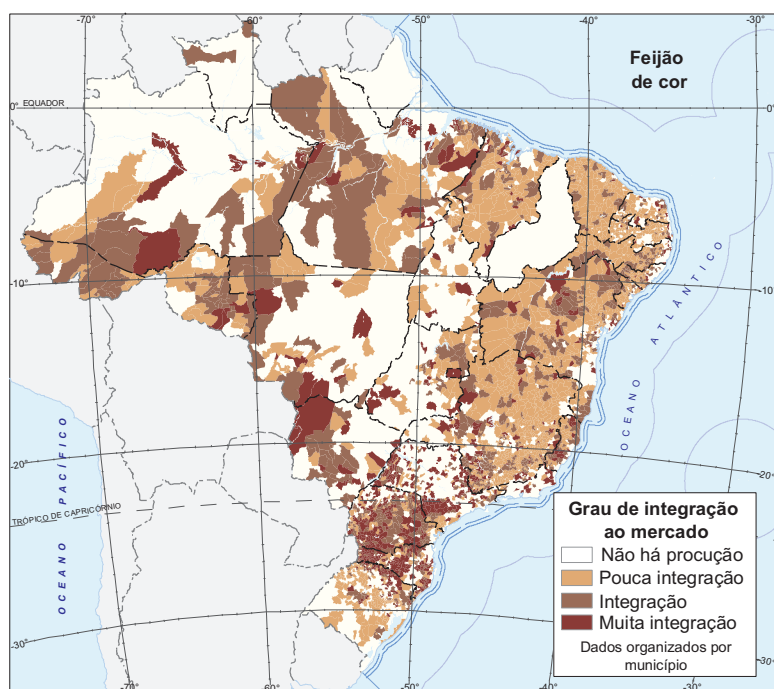
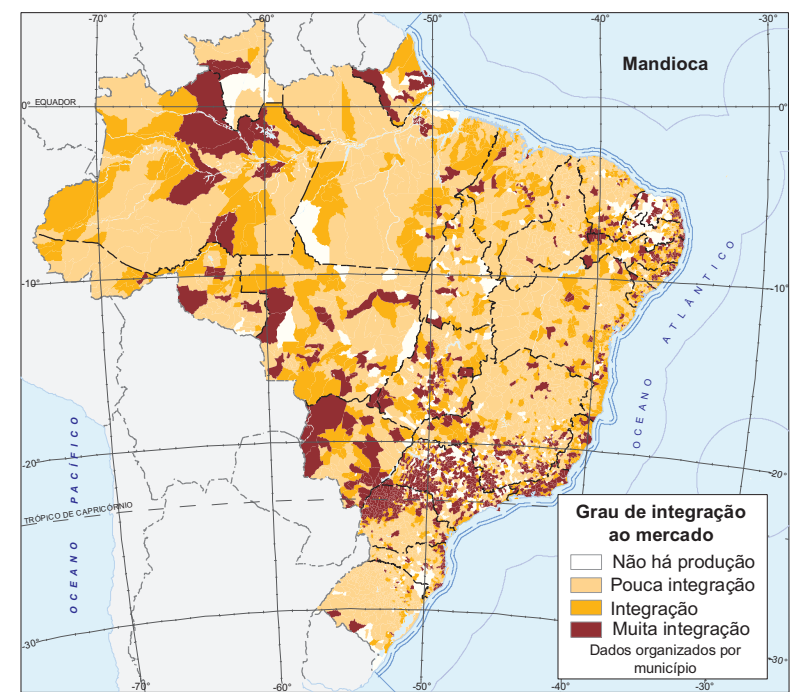
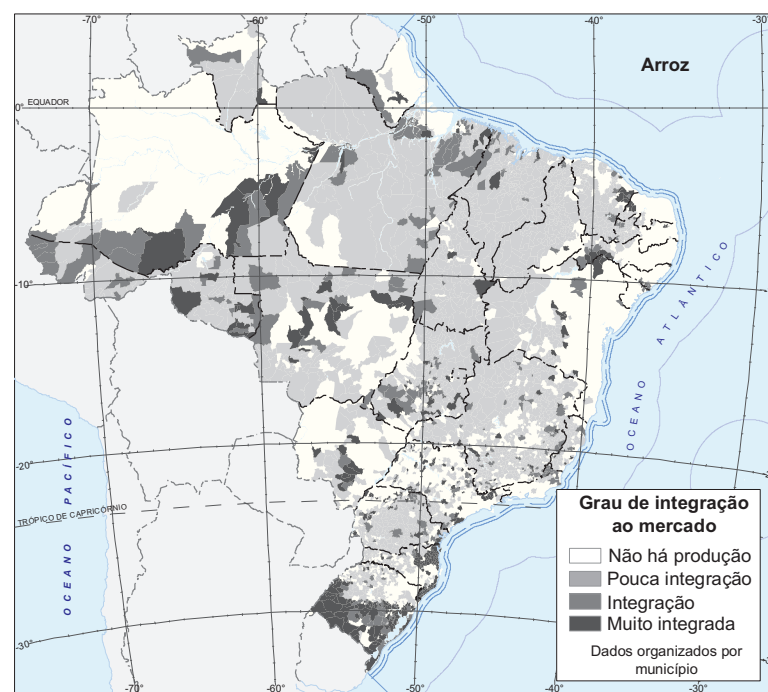
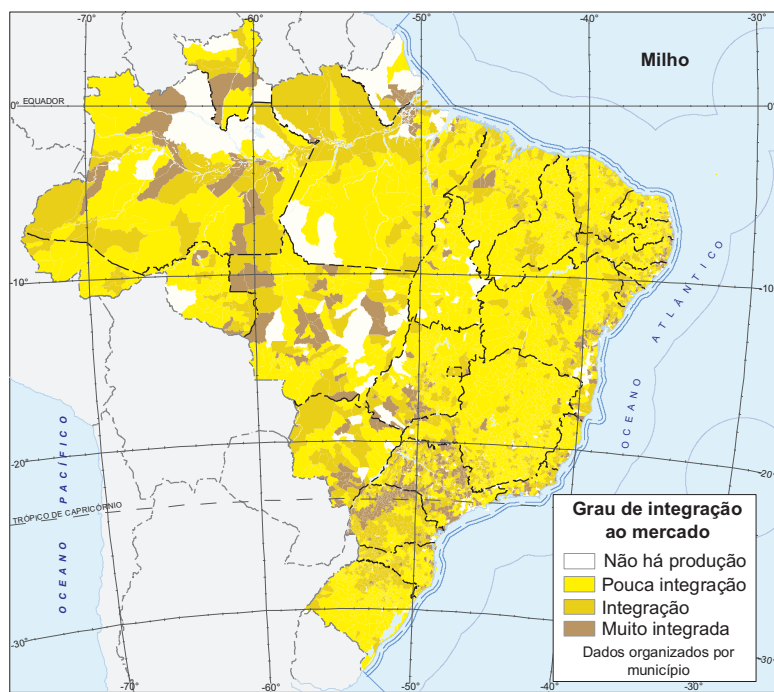
Pecuária



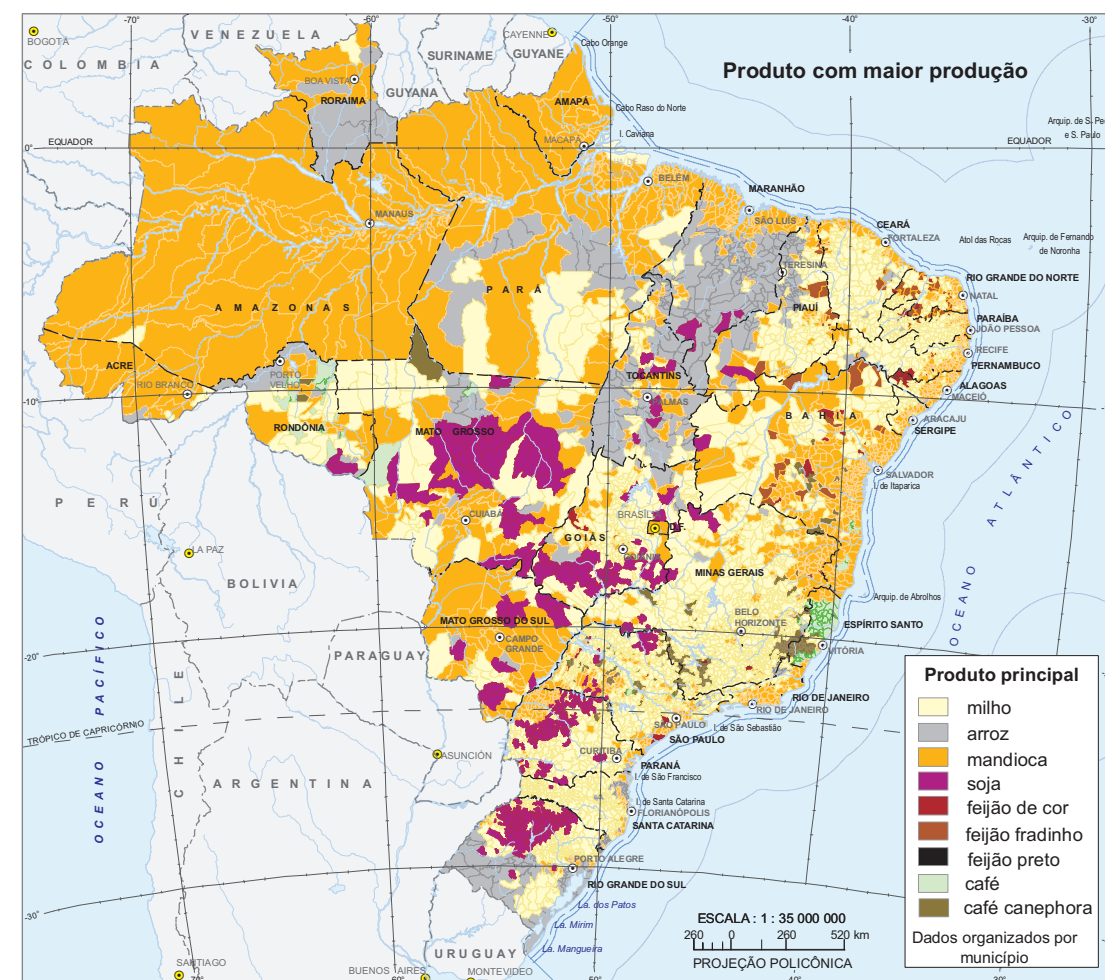
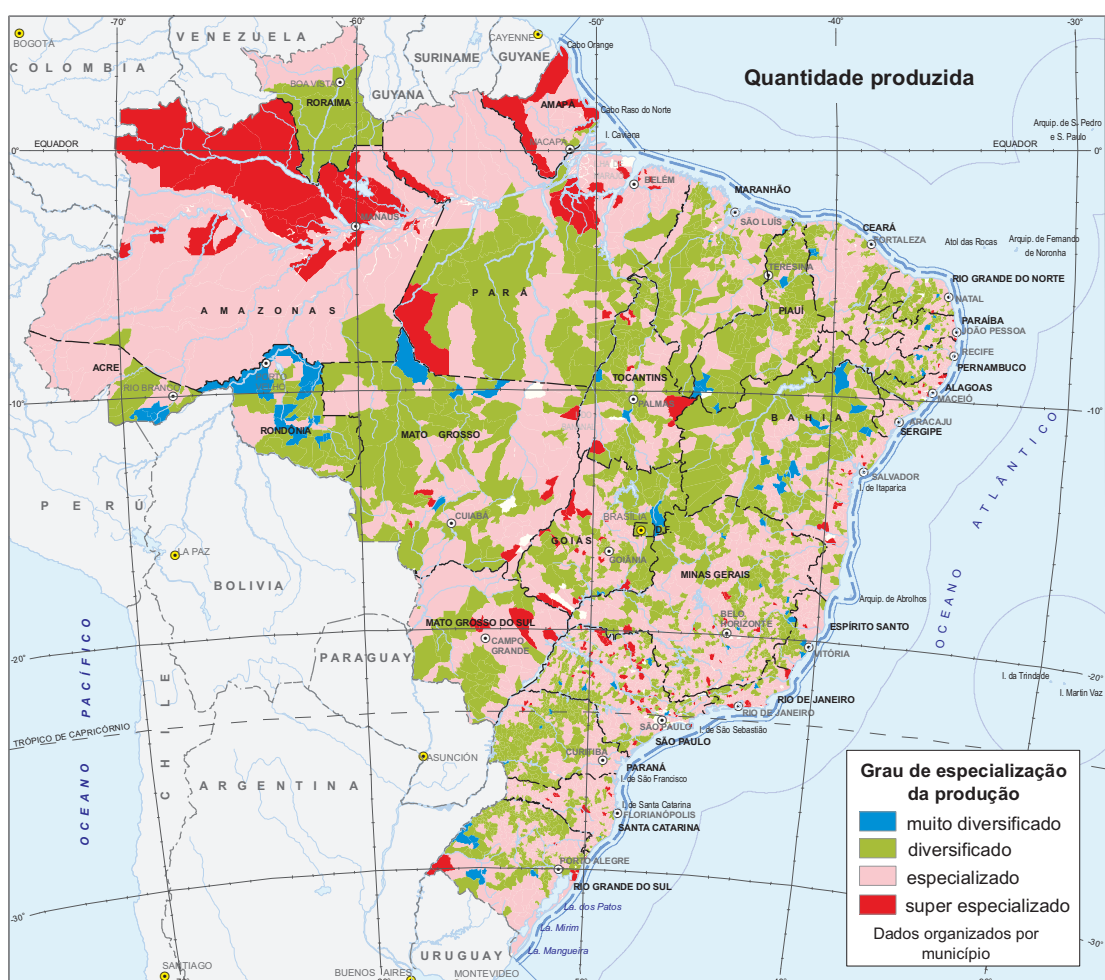
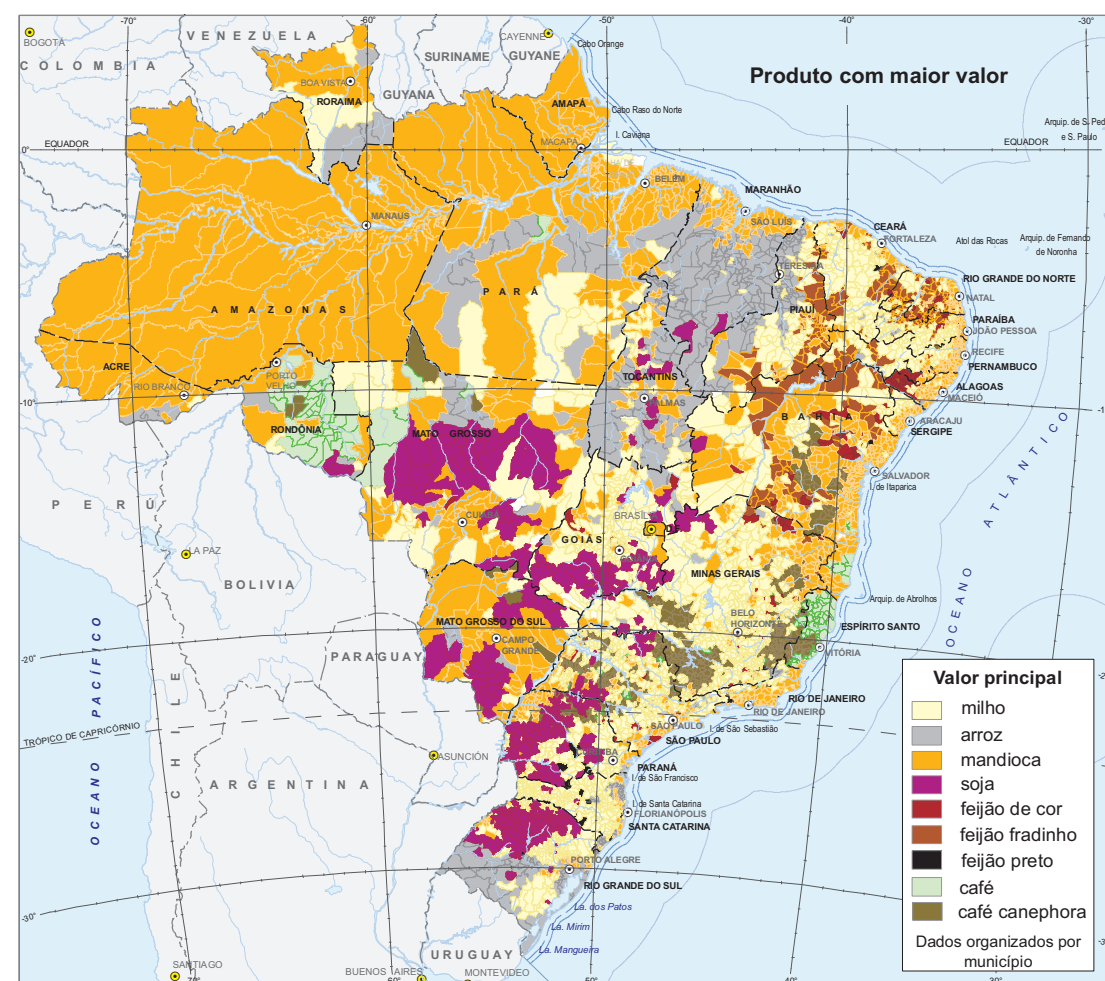
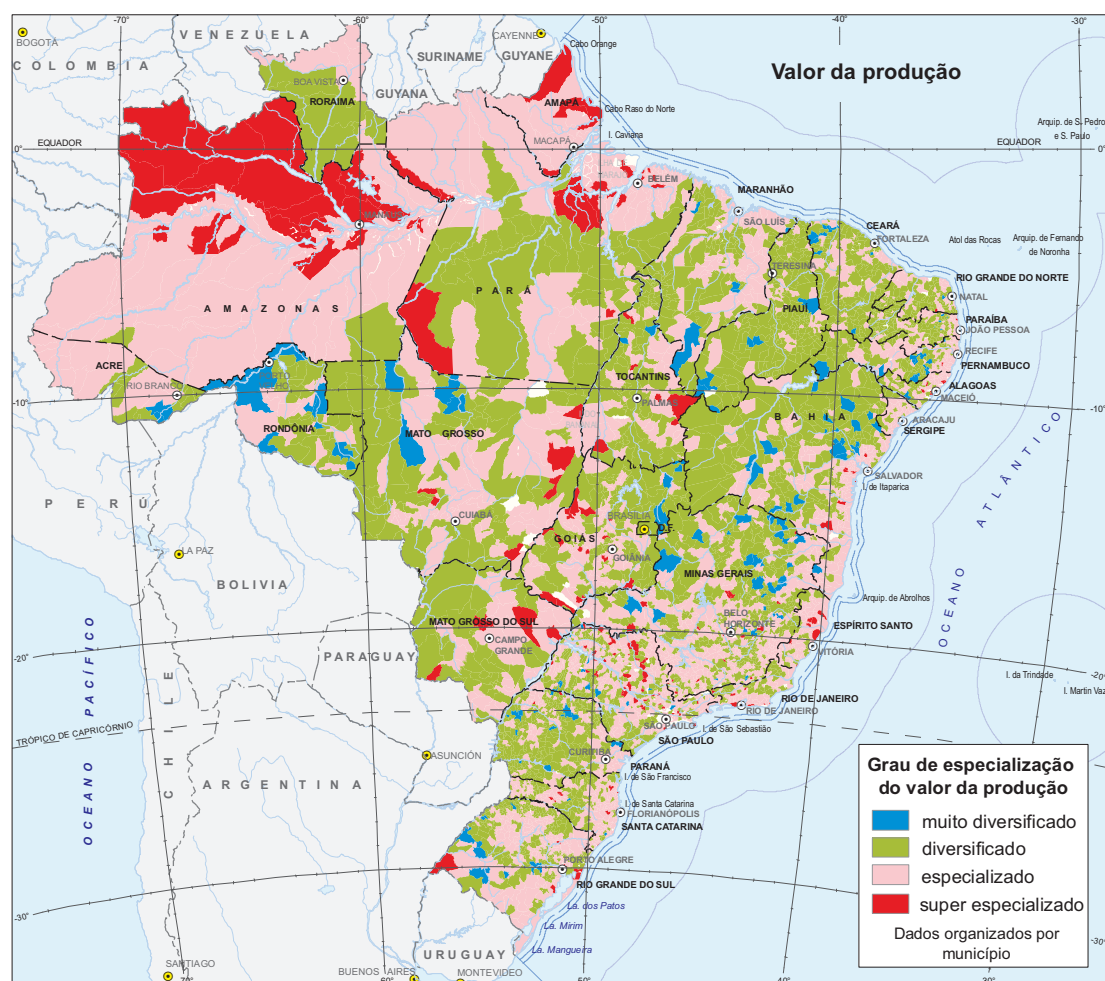
Valor da produção



Grau de integração ao mercado

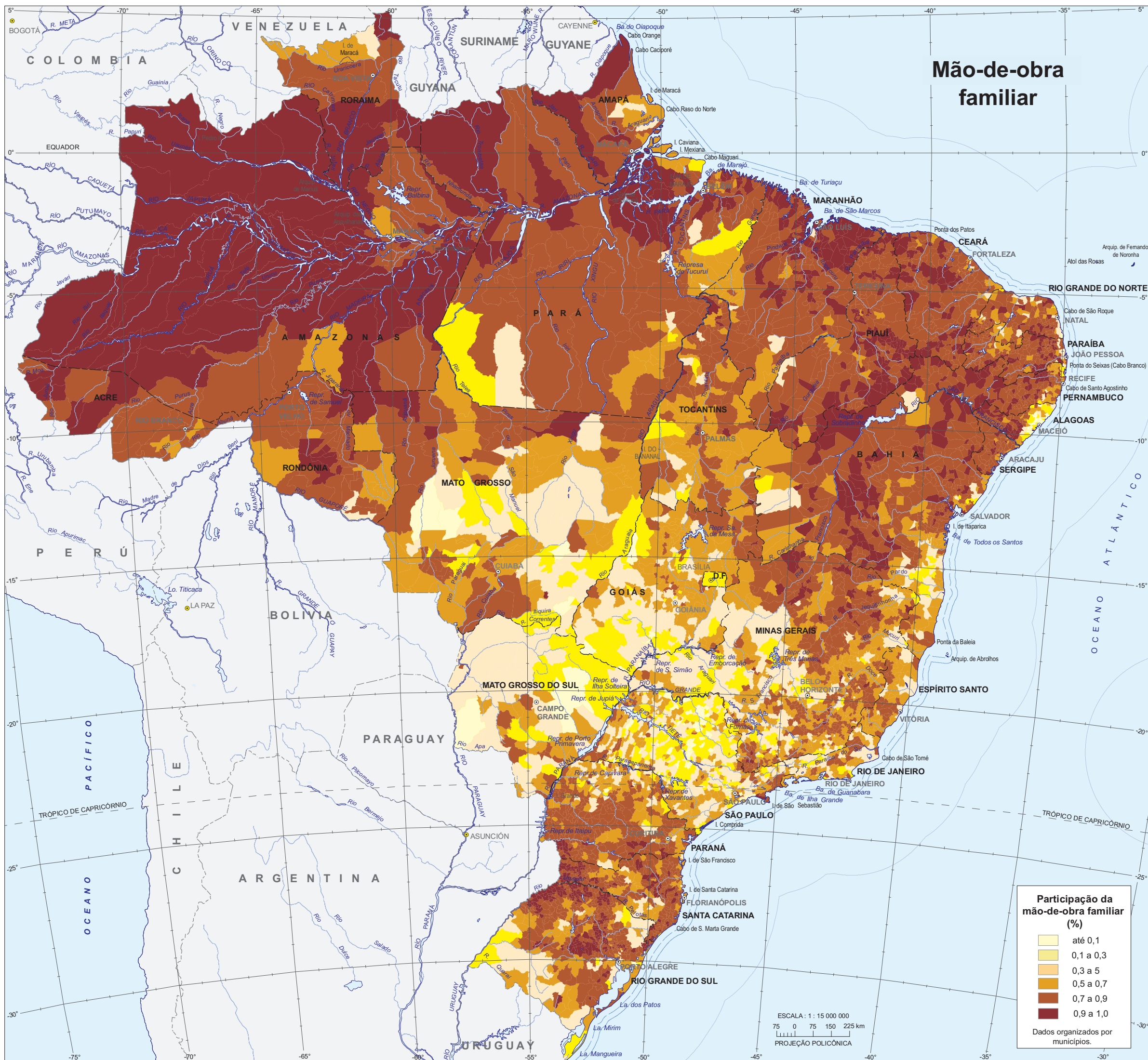


Grau de especialização



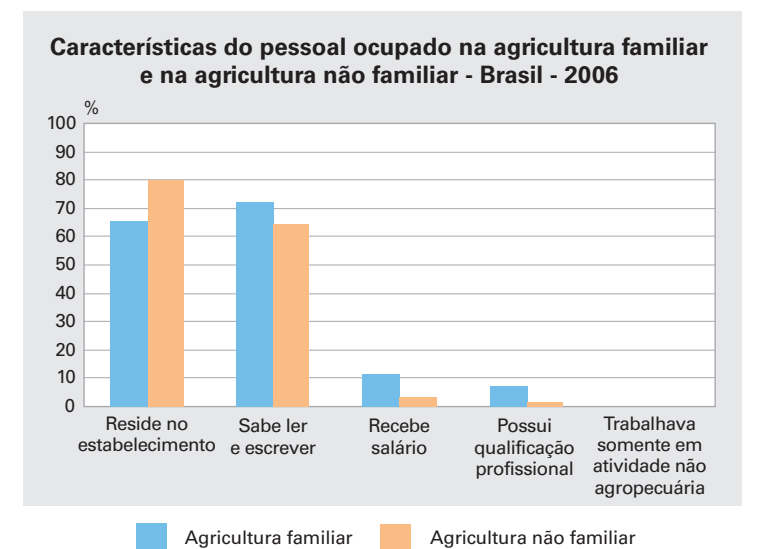
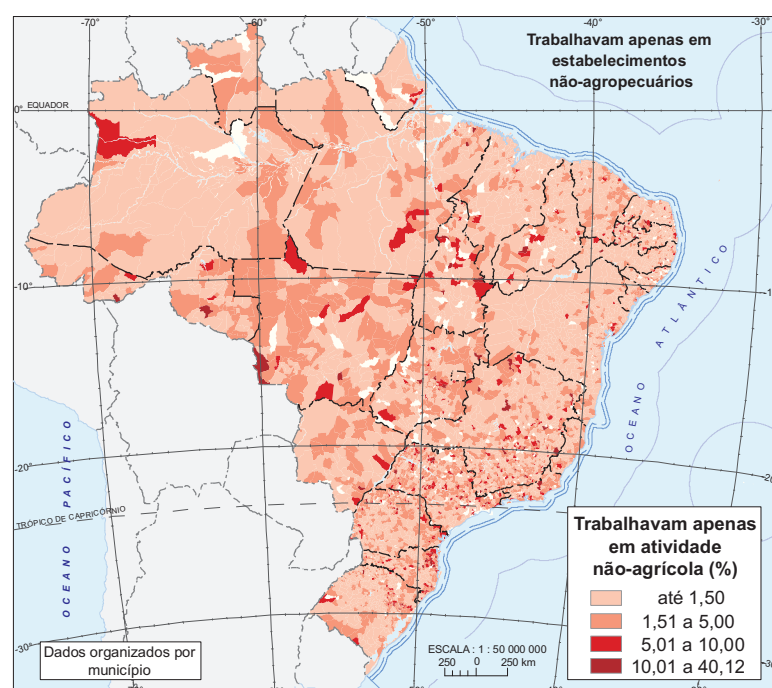
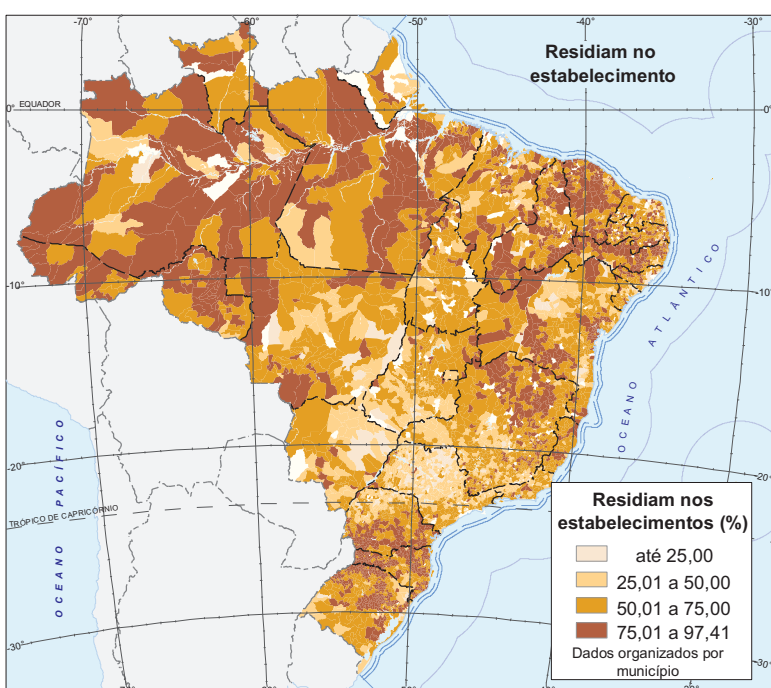
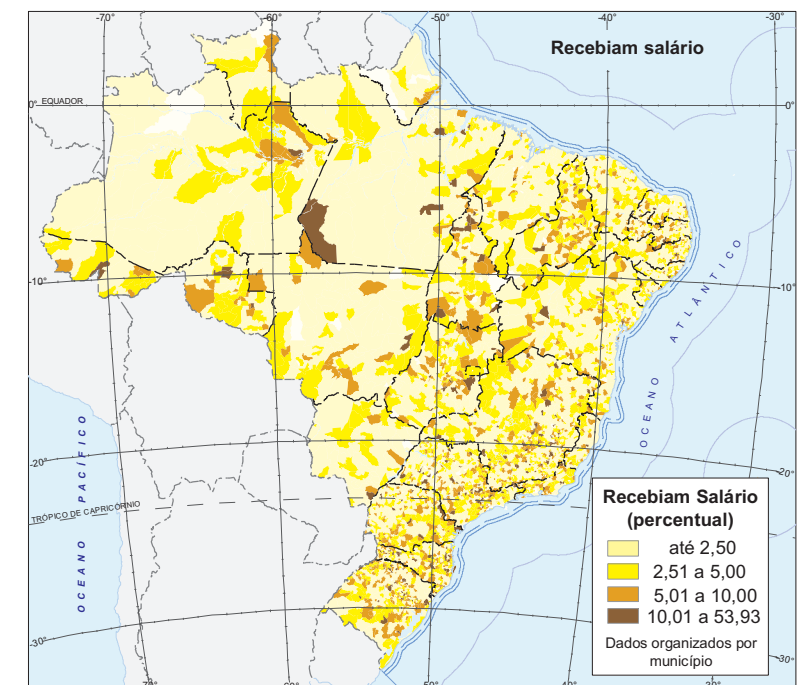
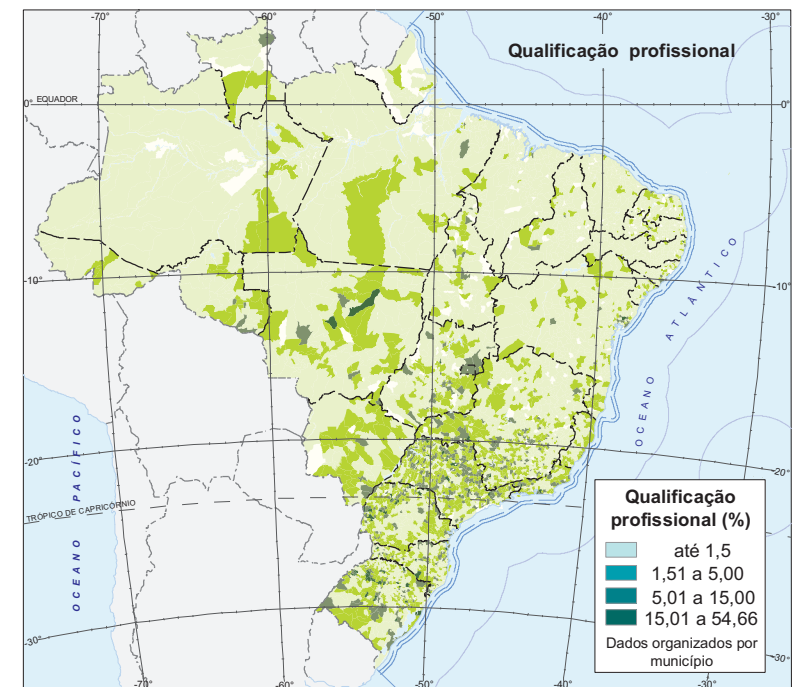
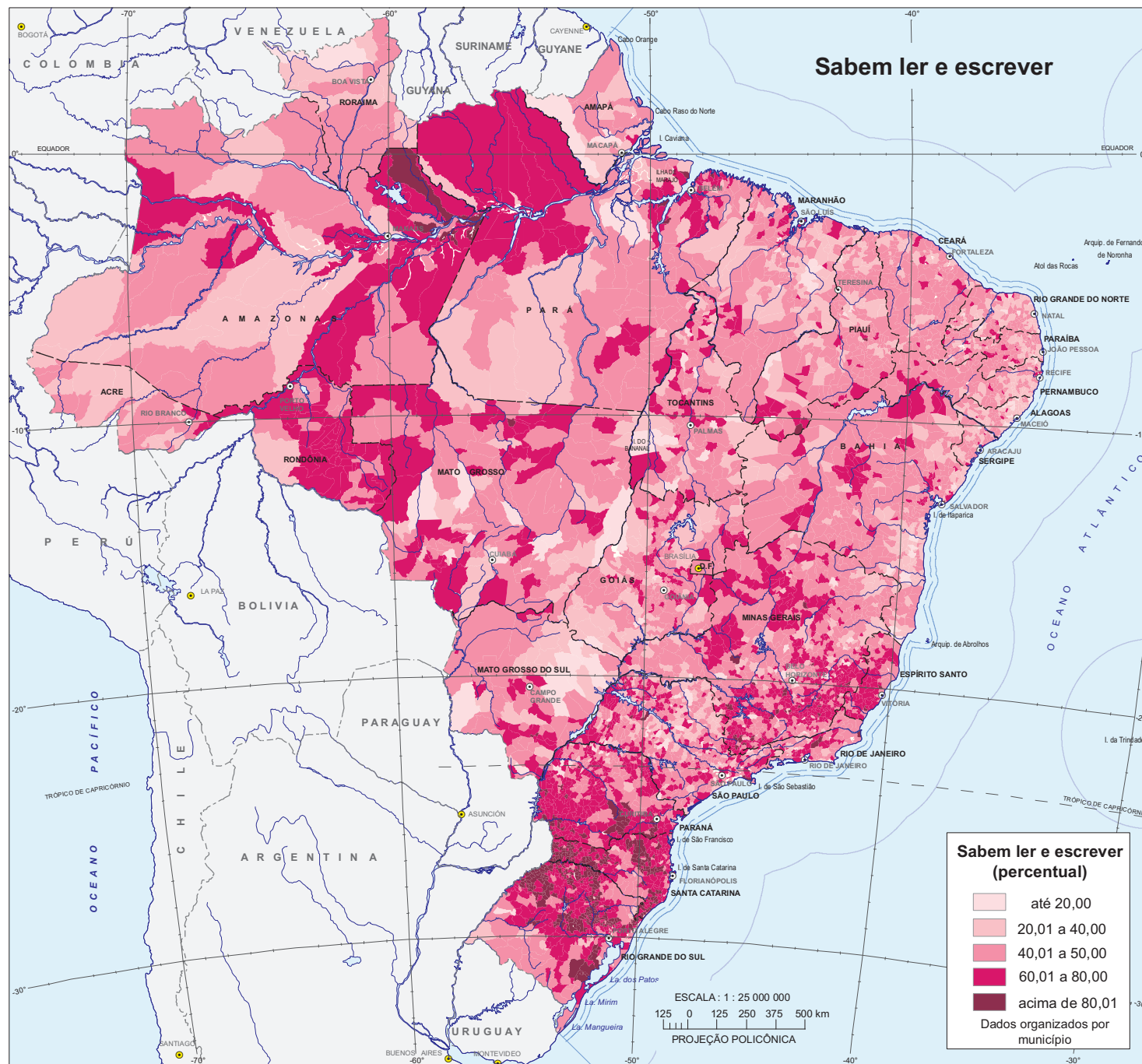
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Nota: O grau de diversificação foi calculado através da metodologia desenvolvida por Guanzioli e outros (2001), que divide o valor da produção do produto principal pelo valor total da produção obtida. Assim, o resultado de 100% corresponde à categoria “super especialização”; entre 65% a menos de 100%, à categoria “especialização”; entre 35% a menos de 65%, à categoria “diversificação”; e, finalmente, quando o resultado é inferior a 35%, à categoria de “muita diversificação”.

Mão-de-obra familiar



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Características da mão-de-obra familiar



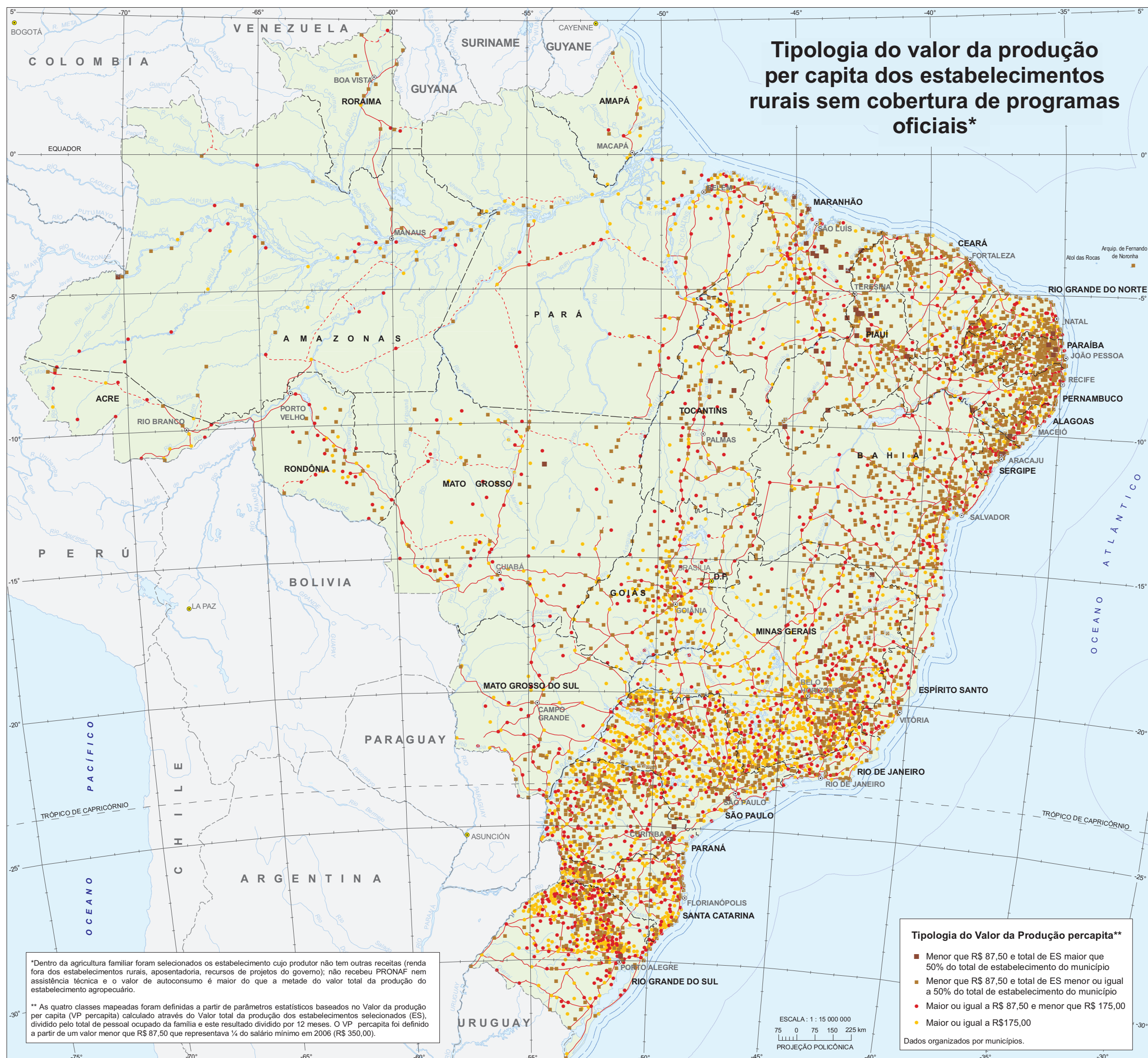


Ausência de programas oficiais e fraca inserção no mercado

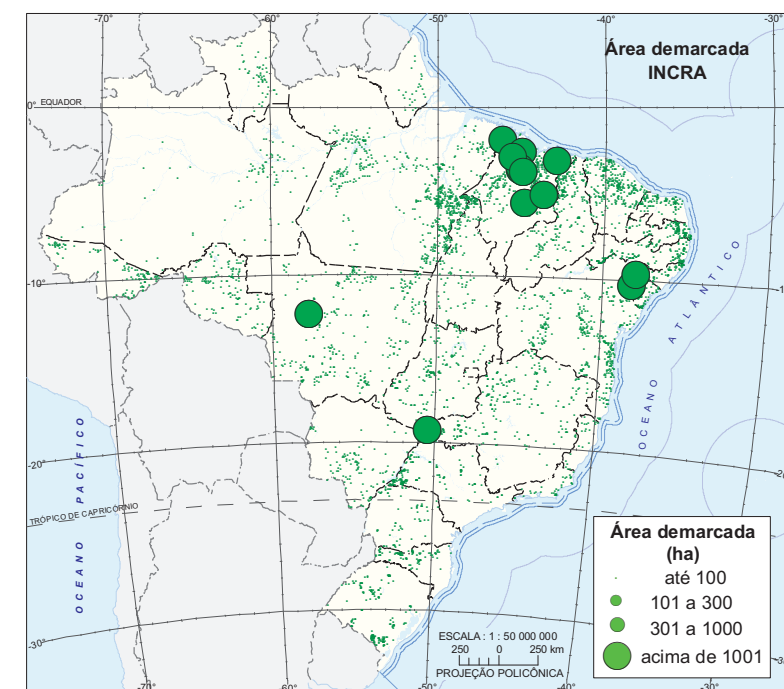
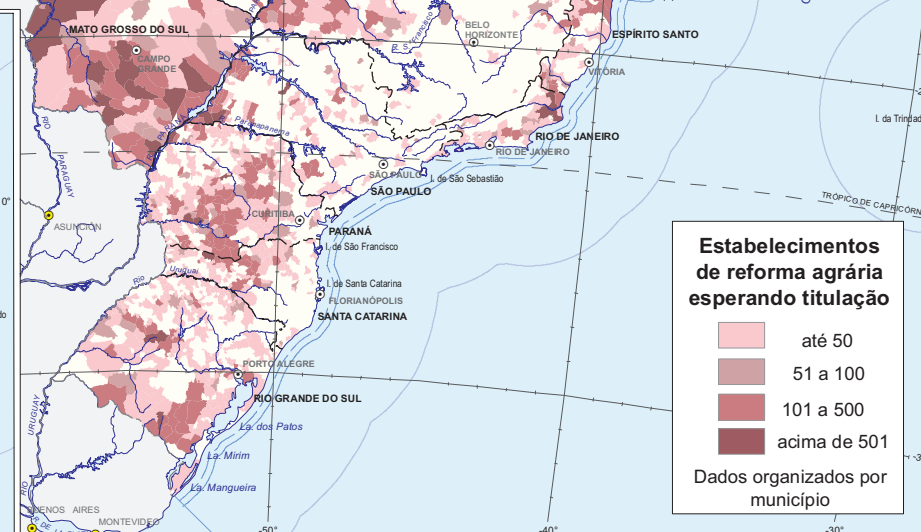
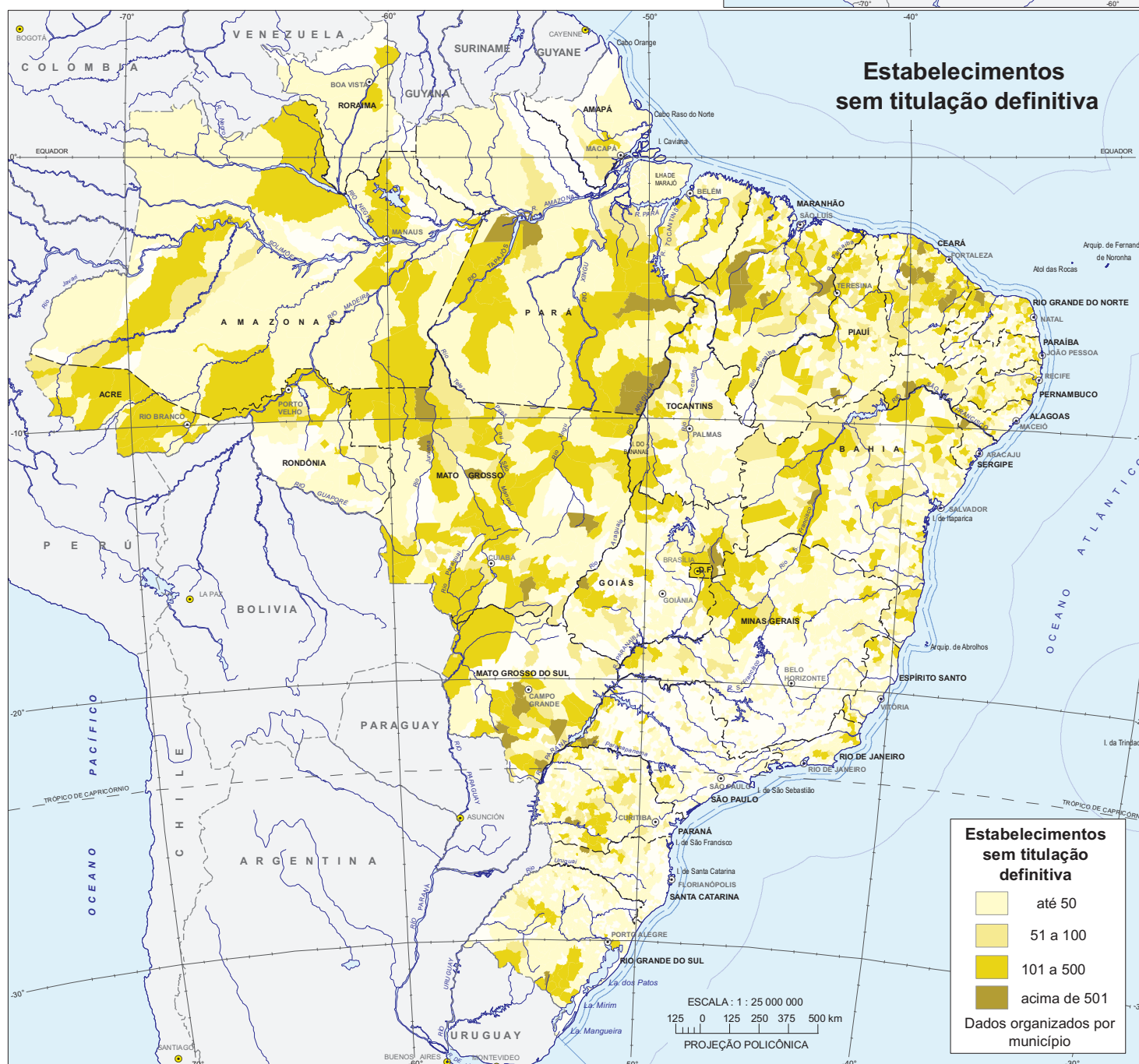
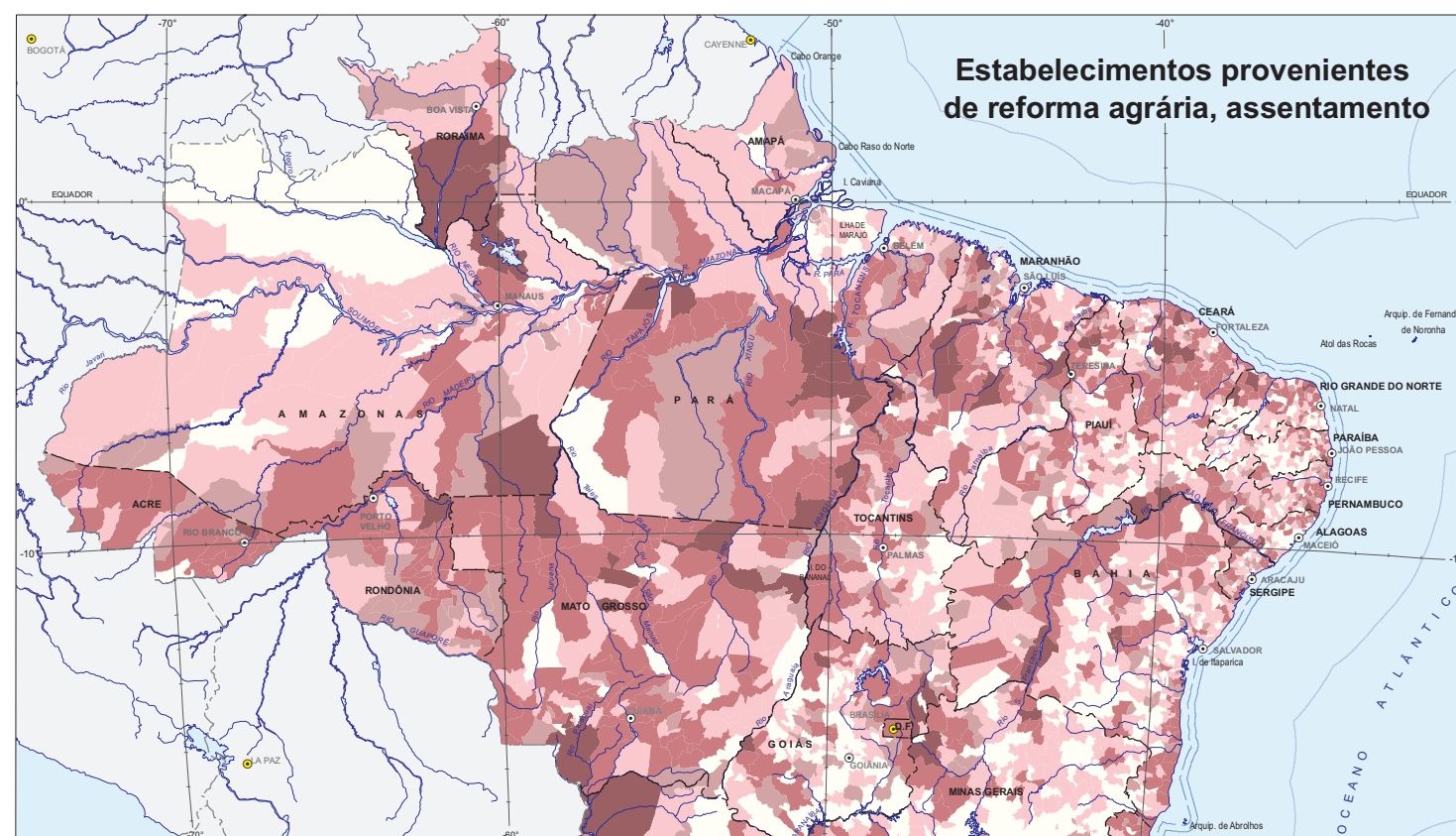
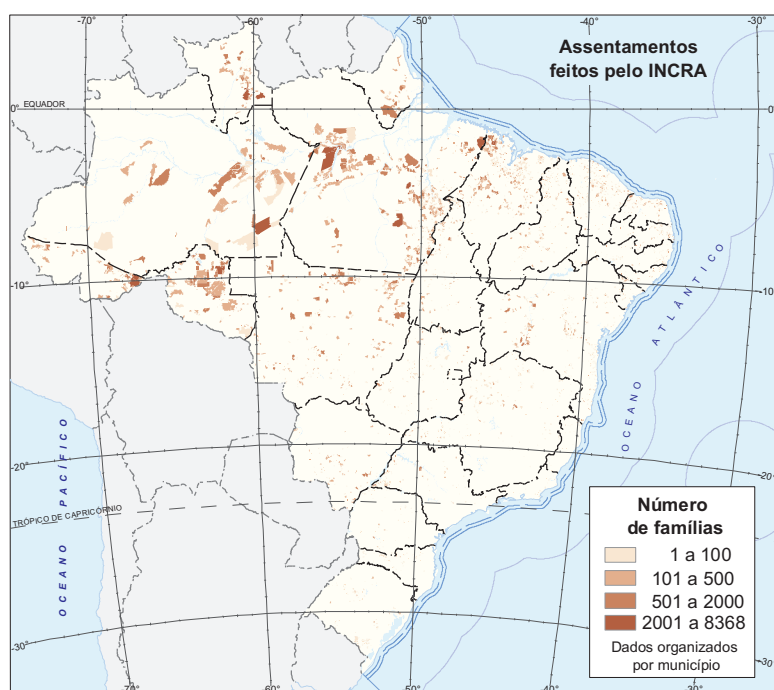


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Valor da produção per capita

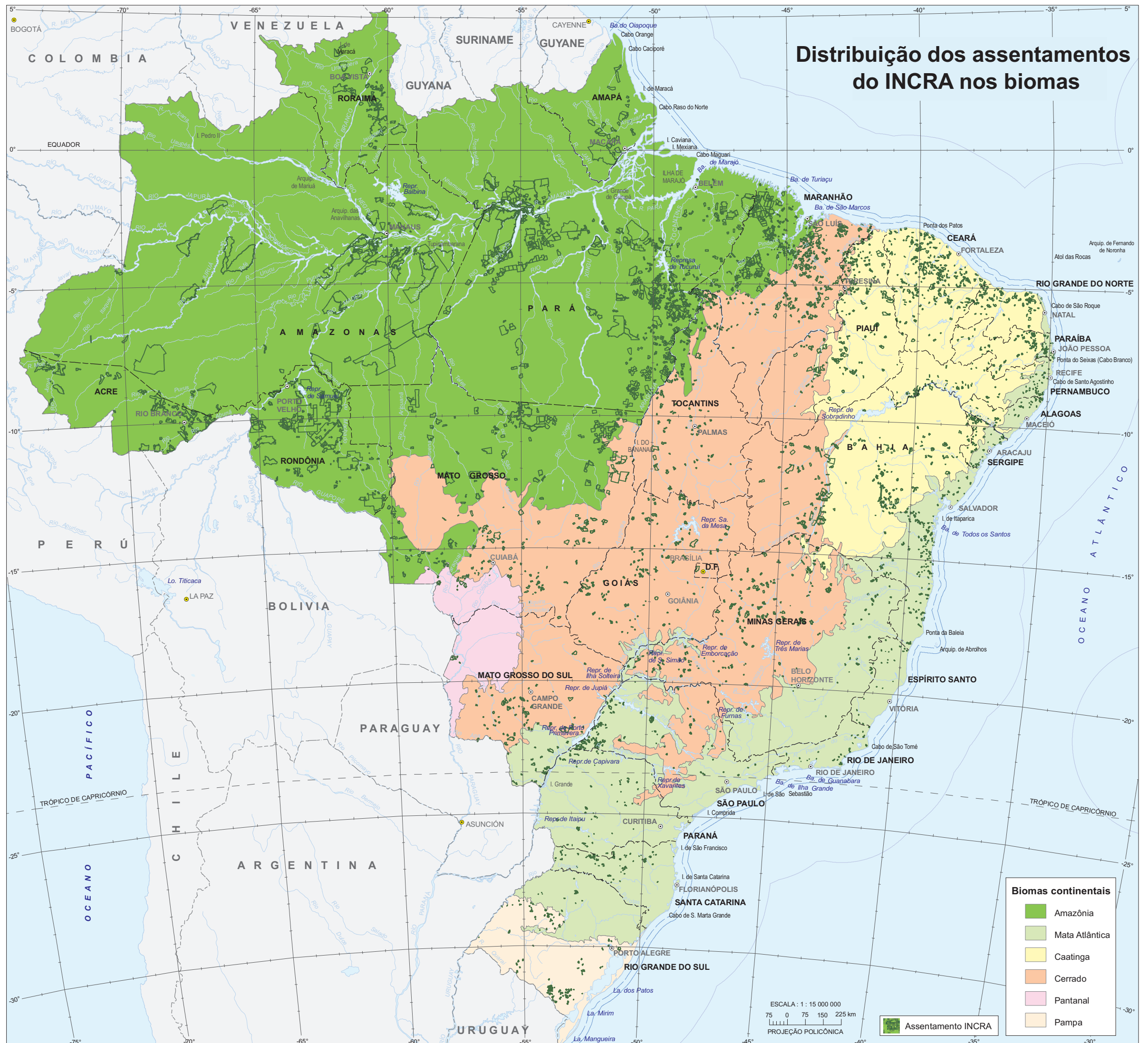


### Origem da titulação



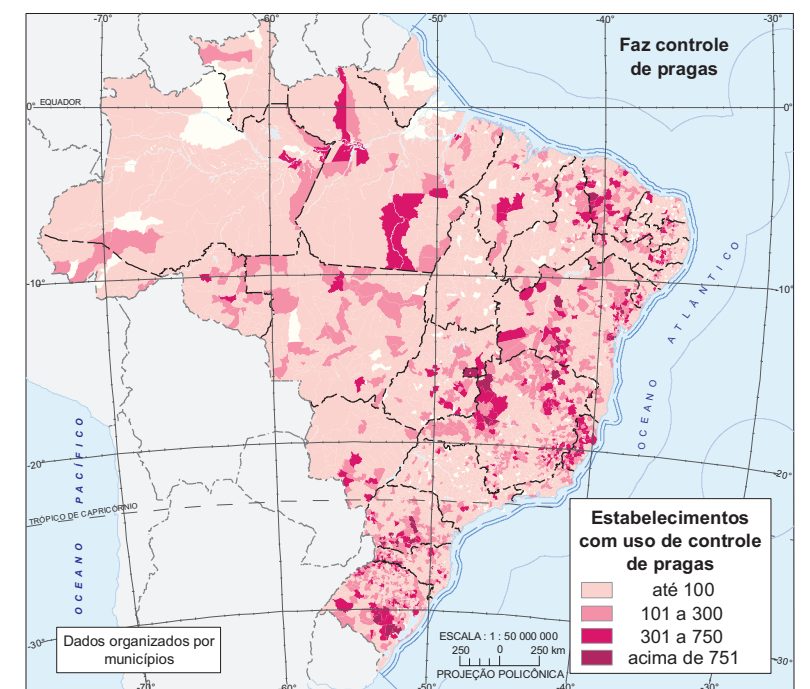
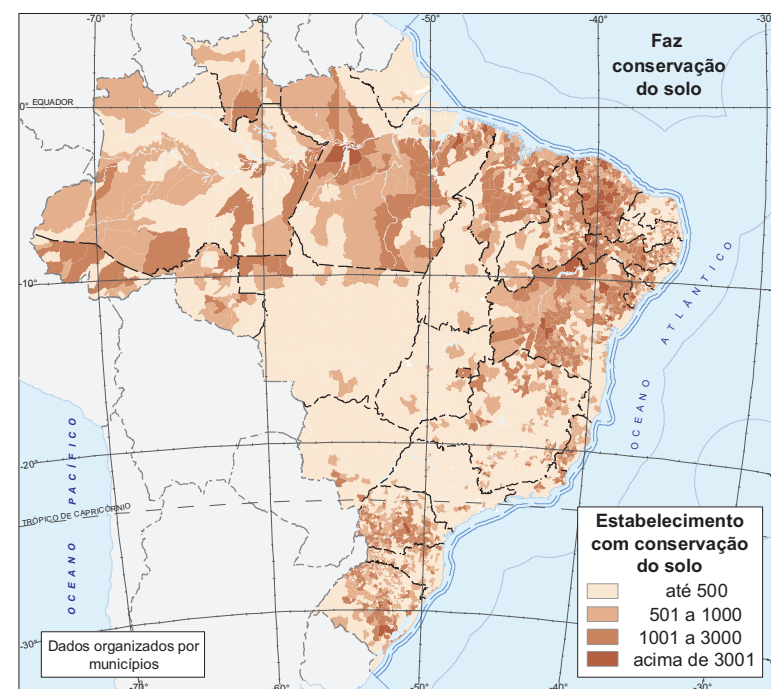
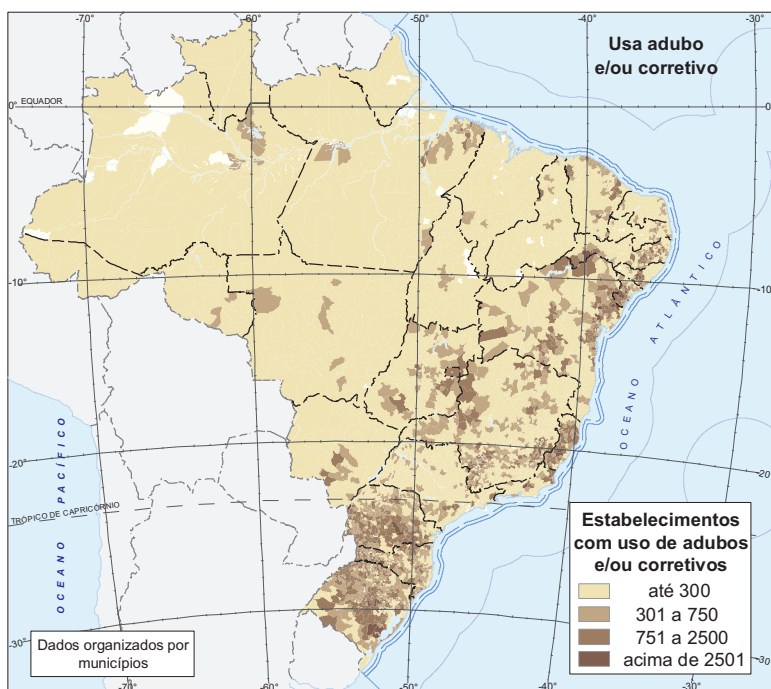
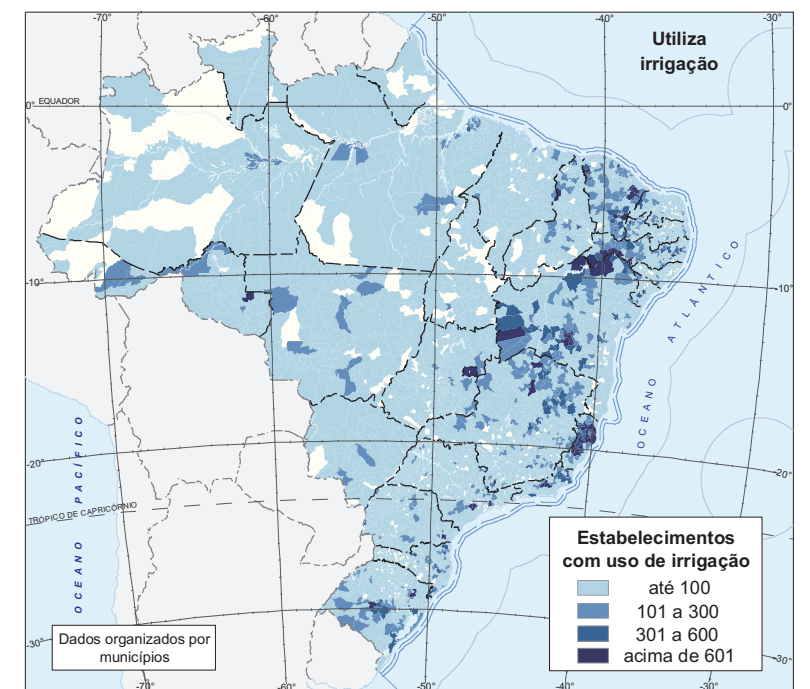
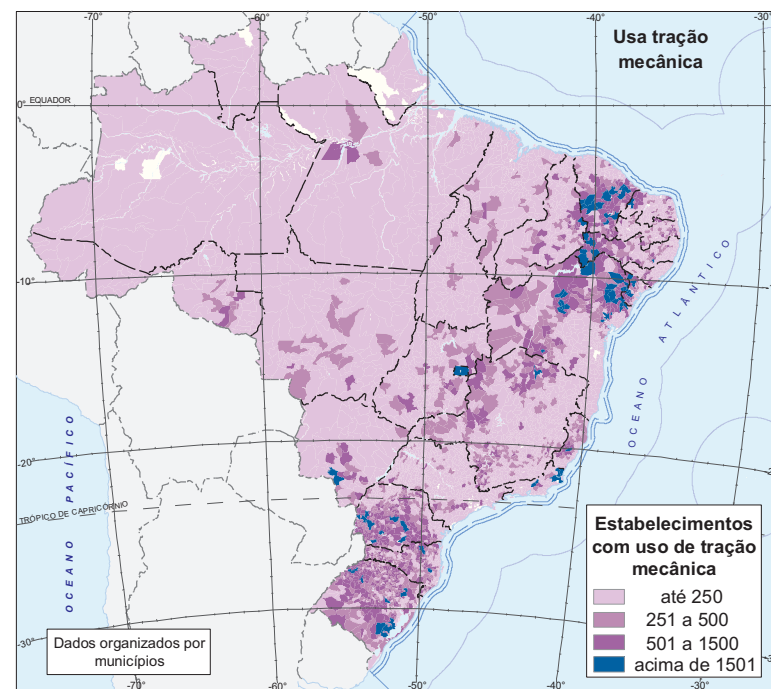
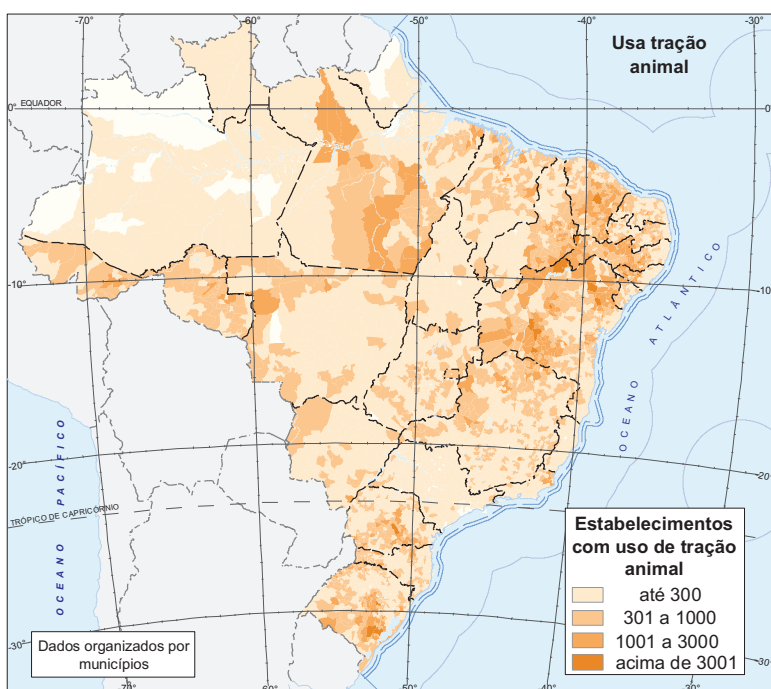
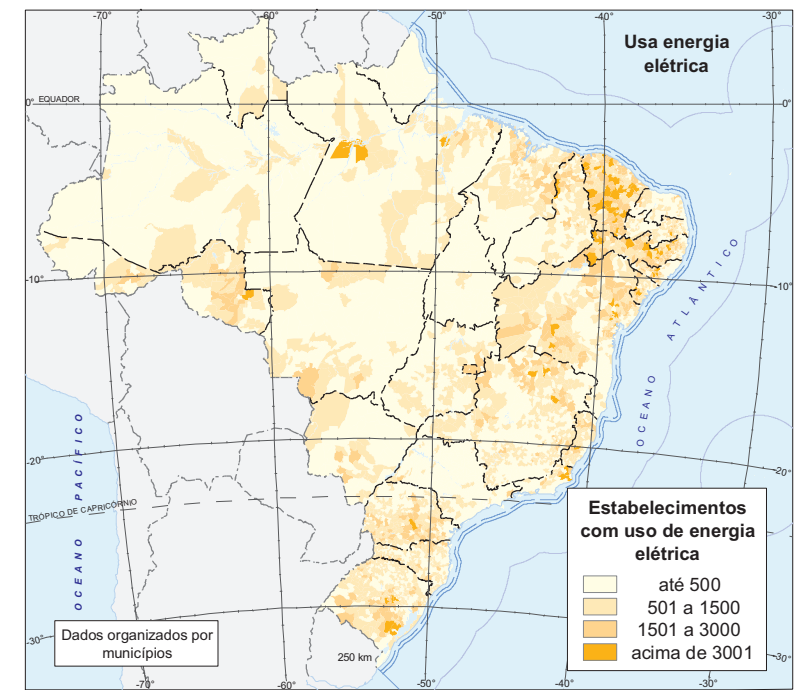
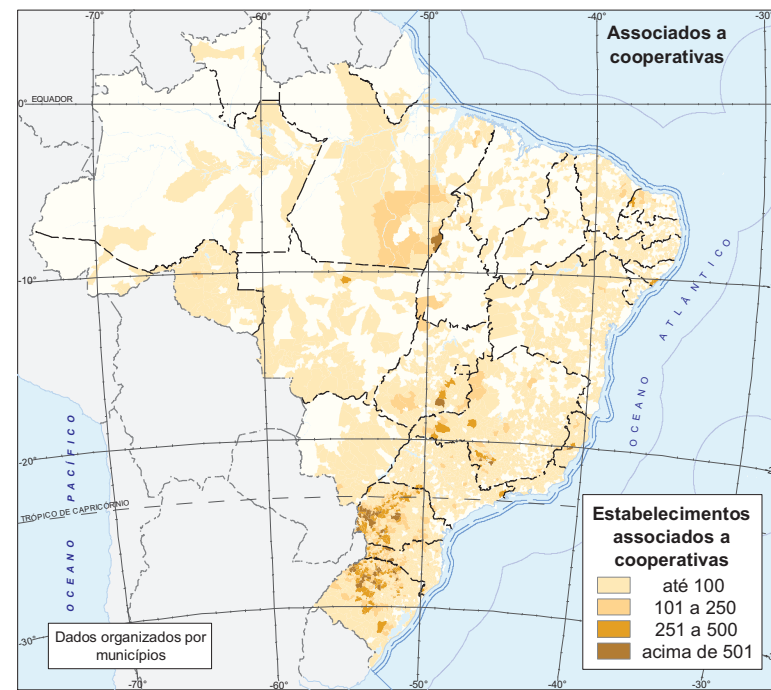
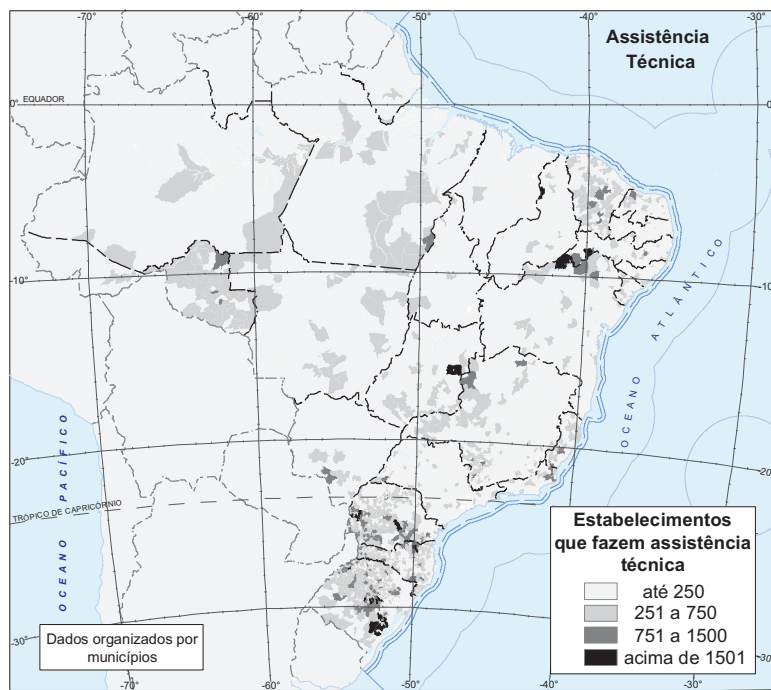
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Assentamentos rurais



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, 2009.

Uso de técnicas agrícolas



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.